



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ARAPIRACA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PEDAGOGIA LICENCIATURA

ARAPIRACA – ALAGOAS

Setembro 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ARAPIRACA

2

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PEDAGOGIA LICENCIATURA

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura atualizado pela equipe do Núcleo Docente Estruturante e Docentes Colaboradores do Núcleo Pedagógico da UFAL/*Campus* de Arapiraca.

ARAPIRACA – ALAGOAS
2014

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
2.	INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	08
	2.1. Contexto Atual da Educação Pública em Alagoas	10
3.	OBJETIVO DO CURSO	20
4	METODOLOGIA	20
5.	PERFIL DO EGRESSO	21
6.	HABILIDADES/COMPETÊNCIAS/ATITUDES	22
7.	CONTEÚDOS/MATRIZ CURRICULAR	24
	7.1. Eixos Temáticos de Formação	25
	7.2. A Organização em Troncos de Conhecimento	25
	7.2.1. O Tronco Inicial	26
	7.2.2. O Tronco Intermediário	26
	7.2.3. O Tronco Profissional	26
8.	PRÁTICA PEDAGÓGICA	27
	8.1. Interdisciplinaridade	27
	8.2. Relação entre Teoria e Prática	28
	8.3. Relações Étnico-raciais	29
	8.4. Relação Educação, Sociedade e Tecnologias	30
	8.5. Educação Inclusiva e Acessibilidade	31
	8.6. Educação Ambiental	34
	8.7. Educação do Campo	34
	8.8. Educação e Movimentos Sociais	35
	8.9. Educação e Economia	36
	8.10. Educação de Jovens e Adultos	37
9.	ORDENAMENTO CURRICULAR	37
	9.1. Organização das disciplinas por semestre	37
	9.2. Disciplinas Eletivas	39
10.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	40
11.	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	42
12.	ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	60
	12.1. Objetivos do Estágio Supervisionado	61
	12.2. Organização Curricular do Estágio Supervisionado	61
	12.2.1. Estágio Supervisionado I - Gestão	61
	12.2.2. Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	61
	12.2.3. Estágio Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos (EJA)	61
	12.2.4. Estágio Supervisionado IV – Ensino Fundamental I	62
13.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	62
14.	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)	63
15.	AVALIAÇÃO	63
	15.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	63
	15.2. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	65
	15.3. Autoavaliação de Curso	66
	15.4. ENADE	66
	15.5. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	67

16.	AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES	67
	16.1. Monitoria	68
17.	COLEGIADO DO CURSO	68
18.	REFERÊNCIAS	70

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA: Denominação: Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF) Dependência: Administrativa Federal

5

INSTITUIÇÃO MANTIDA

Denominação: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço: Rodovia BR 101, Km 14 Campus A. C. Simões – Cidade Universitária
Maceió/AL

- CEP: 57.072 - 970. Fone: (82) 3214 - 1100 (Central) Portal eletrônico:

www.ufal.edu.br

UNIDADE ACADÊMICA: *Campus de Arapiraca - Sede*

Endereço: Avenida Manoel Severiano Barbosa, S/N – Bom Sucesso – Rodovia
AL 115 – Km 6,5 CEP – 57.309-005

NOME DO CURSO: Pedagogia

TÍTULO OFERTADO: Pedagogo

DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO: Portaria Nº 466, de 22 de novembro de 2011

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.884 horas

CARGA HORÁRIA MÍNIMA E MÁXIMA: MÍNIMA: 300 horas/Semestre

MÁXIMA: 400 horas/Semestre

DURAÇÃO DO CURSO: MÍNIMO: 9 semestres **MÁXIMO:** 13 semestres

NÚMERO DE VAGAS: 40 vagas/ano

PERFIL: Profissional que conceba o fenômeno educativo no processo histórico, dinâmico e diversificado, de modo a responder criticamente aos desafios que a sociedade lhe coloca; que atue de forma reflexiva, crítica, cooperativa, com ética e conhecimento fundamentado, com habilidades, para levantar problemas e propor alternativas de intervenção para a melhoria da educação básica no Brasil; que exerça a capacidade de liderança e de busca do conhecimento; que produza conhecimentos como docente/pesquisador/gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, jovens e/ou adultos, em instituições escolares.

CAMPO DE ATUAÇÃO: Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o egresso do Curso de Pedagogia da UFAL poderá atuar em escolas, sistemas educacionais e outras instituições relacionadas ao desenvolvimento de processos educativos.

FORMA DE INGRESSO: A primeira forma de acesso aos cursos da Universidade Federal de Alagoas é normatizado pela Resolução nº 18/2005 – CEPE, de 11 de julho de 2005, que trata do Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso através de transferência, reopção de curso, entre outras, disponíveis em www.ufal.edu.br.

COORDENAÇÃO DE CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA:

A Coordenação do Curso de Pedagogia Licenciatura é constituída pela Professora Lívia Couto Guedes, que possui formação em Pedagogia e Mestrado em Educação. Docente da UFAL há 4 anos, já atua na gestão de cursos universitários desde 2011, tendo assumido a Vice Coordenação de Pedagogia por 2 anos e 8 meses (janeiro/12 – agosto/14) e a Coordenação do curso desde agosto/14.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia Licenciatura constitui-se como um grupo de trabalho permanente formado por docentes de diferentes formações e áreas de atuação ligadas à Educação e à Pedagogia. Atualmente, é composto por 5 professores, sendo 2 doutores e 3 doutorandos. Coordenado pela Profa. Dtda. Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque, o NDE realiza reuniões periódicas para estudo, elaboração e análise de documentos, na sede do *campus*.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO:

Profa. Msc. Irailde Correia de Souza Oliveira

Profa. Msc. Elza Maria da Silva

Profa. Dra. Maria das Graças Medeiros Tavares

Profa. Msc. Edméa Nunes Sena Santiago

EQUIPE DE ADEQUAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO EM ARAPIRACA:

Profa. Msc. Maria Gorete Rodrigues de Amorim

Profa. Msc. Severina Mártir Lessa de Moura

Prof. Msc. Talvanes Eugenio Maceno

EQUIPE DE ATUALIZAÇÃO (2014):

Profa. Msc. Ana Carolina Faria Coutinho Gléria

Profa. Esp. Emanoelly Caldas de Oliveira

Profa. Msc. Janaíla dos Santos Silva

Profa. Msc. Lívia Couto Guedes – Coordenadora do Curso

Prof. Dr. Luciano Accioly Lemos Moreira – Membro do NDE

Profa. Dra. Neila da Silva Reis – Membro do NDE

Prof. Dtdo. Raimundo Rodrigues de França Júnior – Membro do NDE

Profa. Drda. Renata da Costa Maynard

Profa. Dtda. Rosemeire Marcedo Costa – Membro do NDE

Profa. Msc. Sarah de Oliveira Lollato

Profa. Dra. Solma Lúcia Souto Maior de Araújo Baltar

Profa. Dtda. Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque – Coordenadora do NDE

2. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O Curso de Pedagogia parte do pressuposto de que a formação de professores tem caráter social, geracional, amplo ao desenvolvimento humano e qualifica para a sociedade.

Nessa direção, o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas UFAL – *Campus* de Arapiraca foi criado em 2009, com oferta regular a partir do vestibular de 2011. Este Curso teve sua implantação no segundo semestre letivo de 2011, no período noturno, com 40 alunos matriculados. Este é resultado da política institucional do Ensino Superior Público de prover a expansão em modalidade *stricto sensu* aos jovens e adultos do agreste alagoano, na perspectiva de formar docentes com capacidade de contribuir para a organização do trabalho pedagógico e responder às demandas escolares e, sobretudo, da sociedade alagoana.

Visto isso, o seu compromisso enquanto *lócus* da reflexão, contextualização e prospecção científicas, deve atentar para a globalidade, considerar singularidades, culturas, valores e identidades regionais e locais. Expressa oportunizar a máxima do pensar globalmente e agir localmente, conseqüentemente (Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária, 2004 p.02).

Para se apresentar a proposta do Curso de Pedagogia noturno na UFAL/*Campus* de Arapiraca, partiu-se de dois pressupostos: o primeiro está relacionado à ampliação do acesso à Educação Superior pela via pública, considerando que:

O crescimento acentuado pela via privada, em Alagoas, ao tempo que formalmente expande a margem de oportunidade de acesso ao ensino superior, deixa de ser democrático, uma vez que ocorre numa sociedade cujo PIB, em 2002, segundo IBGE, superava apenas o Piauí, entre os Estados do Nordeste [...] (VERÇOSA e TAVARES, 2006, p.55).

A constatação da não oferta de curso superior de Pedagogia no turno da noite pela via pública em Arapiraca ocorre quando se averiguou que a demanda existente na Região para o referido curso é procedente, uma vez que a população somente tinha oportunidade de acesso em uma instituição pública, a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL –, no turno diurno, cabendo à rede privada de Ensino

Superior à oferta, que se supõe, somente ter possibilidade de acesso ao Ensino Superior no turno noturno.

O segundo pressuposto está relacionado à função social que deve exercer a Universidade Federal de Alagoas na região do Agreste de Alagoas, uma vez que, em 2014, ainda existe carência de profissionais habilitados em nível superior para atuar na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e demais setores e ambientes não escolares, com atividades inerentes à formação do pedagogo.

Reitera-se a atualidade desta justificativa a partir de: 1) Os pressupostos da necessidade social de ampliação do Curso de Pedagogia para atender as demandas de formação de professores em Universidade Pública, local e regional do agreste alagoano, tanto no período noturno, quanto no diurno, é atual nessa segunda década do século XXI; 2) A função social da UFAL, que tem como uma de suas metas realizar, com qualidade e continuamente, cursos de licenciatura. Faz parte dessa totalidade o curso acima citado, de forma que venha contribuir para a superação dos *déficits* históricos do Ensino Superior para as populações negras, indígenas, camponesas, ribeirinhas, trabalhadores informais da cidade e de todos aqueles grupos e segmentos sociais que são afetados pelas desigualdades sociais e políticas econômicas, as quais os conduziram a condições socioeconômicas precárias.

Ao analisar a realidade educacional da região de Arapiraca, município sede do *campus*, percebe-se que este município representa importância estratégica no processo de interiorização da UFAL. Localizado no centro do Estado, na sub-região Agreste, e distante 136 km de Maceió, trata-se do mais importante município do interior, estendendo-se por 614 km². Concentrava no Censo do IBGE (2000) uma população de 184.466 habitantes (81,7% urbana), sendo de 316.037 habitantes a população de seus municípios do entorno imediato. Estima-se que, atualmente – 2014 esses números ultrapassem 200.000 habitantes na sede urbana e 400.000 habitantes no seu entorno imediato.

Os dados da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE/PROFOR, 2004) indicavam a necessidade imediata de formação superior de 786 professores que ainda possuem formação em magistério. Estes dados também registraram o interesse de 228 destes professores em completar sua formação em Licenciatura Plena. Outra demanda que justifica a expansão recente da UFAL para o interior é o atendimento aos alunos egressos do Ensino Médio que buscam

qualificação universitária (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).

Dessa forma, compreende-se que a implementação do Curso de Pedagogia na região do agreste alagoano contribuirá para ampliar o acesso ao Ensino Superior pela via pública, bem como para a melhoria da qualidade da educação pela via da formação.

2.1. Contexto Atual da Educação Pública em Alagoas

Em Alagoas, a compreensão da educação escolar como um direito inalienável, bem como do acesso à escola pública como instrumento indispensável à conquista, pelas maiorias, de espaços mais alargados de participação social, embora relativamente recente, parece cada vez mais disseminada. Com isso, a mobilização crescente da sociedade por educação escolar tem feito com que os Poderes Públicos busquem dar respostas a essas demandas, o que tem implicado no aperfeiçoamento, ainda que insuficiente, das formas de atendimento tradicionalmente praticadas.

Sabe-se, pela história recente da educação em Alagoas que, sobretudo nas duas últimas décadas, a política de escolarização aqui praticada tem posto em marcha uma dinâmica específica em relação ao Brasil como um todo. As políticas de atendimento escolar público que, ao longo dos anos de 1970 e 1980 do século XX, caminharam para uma ampliação cada vez mais expressiva em relação à oferta quase exclusiva do antigo ensino primário, foram efetivadas de modo improvisado e pela via municipal que, com raríssimas exceções, permanece carente de todos os meios para manutenção e adequado desenvolvimento de uma rede escolar qualificada.

Essa forma de expansão da oferta escolar em Alagoas, que Lira (2001), muito apropriadamente, denomina de “*prefeiturização do ensino*”, teve como característica, dentre outros fatores, a precarização da função docente. Tendo recrutado pessoas para exercer o cargo de professores sem qualificação adequada e, na maioria das vezes, sequer com escolarização correspondente ao nível em que iriam trabalhar e com pagamento, em geral, muito aquém do mínimo exigido por lei, essa tipologia de política municipal da escolarização básica de crianças Alagoanas, no 1º segmento do antigo 1º Grau – ou do 1º grau menor, como se costumava chamar na época – representava, no início da década de 1990 do século passado, cerca de dois terços de toda a oferta da escola pública alagoana.

Assim, a escolarização em Alagoas veio atuando com duas redes públicas diversas em praticamente todos os aspectos – a estadual restrita e razoavelmente

qualificada, ainda que com seus profissionais já proletarizados em termos de condições de trabalho e remuneração, e, a municipal expandida e praticamente sem profissionais, de fato, capazes de suprir as demandas do ensino nela ministrado. O Estado chegou à segunda metade da década de 1990 – período do advento da nova LDBEN e do FUNDEF –, com um quadro bastante crítico. Esse panorama se agravou a partir do momento em que a maioria dos prefeitos passou a visar o alcance do valor *per capita* atribuído pelo FUNDEF ao estudante do Ensino Fundamental, que define como diretriz central das suas políticas de escolarização, o recrutamento do maior número possível de estudantes para suas redes, não importando, quais as condições disponíveis, para tanto. Tal fenômeno pode ser claramente visualizado através dos dados nos quadros que seguem:

QUADRO Nº 1 – MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS / 1998-2002¹

REDE	ANO	MATRÍCULA		
		1ª à 4ª	5ª à 8ª	TOTAL
ESTADUAL	1998	99.576	66.993	166.569
	2002	65.666	105.686	171.352
MUNICIPAL	1998	361.390	83.204	444.594
	2002	355.190	148.020	503.210

Fonte: SEE/CDI

A variação da matrícula entre as redes, pela falta de planejamento conjunto do sistema estadual, através do regime de colaboração definido pela LDB, configurou o quadro acima apresentado, cujos resultados se expressam de várias maneiras. Em 2009, embora a Educação Pública, ao menos no nível fundamental, tenha se apresentado com algumas novas características, a partir de alterações na forma de financiamento, via FUNDEF/FUNDEB, e até de mudanças no plano político-institucional do estado de Alagoas, é possível, ainda, identificar necessidades de mudanças urgentes e profundas na forma de conceber e encaminhar as políticas educacionais, particularmente no tocante à profissionalização docente para atuar do 5^o

¹ O número de alunos matriculados na rede estadual de ensino de Alagoas caiu, de acordo com o Censo Escolar de 2013, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o levantamento, em 2013 a rede estadual matriculou 207.106 estudantes, enquanto no ano passado –2012 –, esse número chegou a 225.593. Já em 2011, no total, 250.079 matrículas foram registradas. O estudo indica que em três anos houve uma queda de 17,2% no número de matriculados, ou seja, foram feitas 42.973 matrículas a menos.

ao 8^o Ano, sobretudo nos municípios, e no Ensino Médio, neste caso, na rede pública, estadual e privada.

Segundo o diagnóstico feito pelo Plano Estadual de Educação², no ano de 2014, em Alagoas, ainda existem mais de 403 mil adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento pessoal, enquanto comprometem o futuro do estado. Esse é o número de alagoanos e alagoanas, com idade entre 12 e 17 anos, que pertencem a famílias com renda *per capita* menor do que meio salário mínimo e têm, pelo menos, 03 anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente à sua faixa etária. A condição de exclusão desses adolescentes se expressa de diferentes formas, já que o Censo 2000 – IBGE nos apresenta, por exemplo, um montante de 72.561 adolescentes entre 12 e 17 anos que são analfabetos, assim como 55 mil adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos sem frequência a qualquer tipo de escola. Enquanto isso, contrariando a legislação, existem em Alagoas milhares de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos que trabalham, os quais são premidos pela baixa renda de suas famílias. Se o trabalho infantil é expressivo, o que dizer dos adolescentes entre 15 e 17 anos que também já se encontram aos milhares inseridos no mundo do trabalho? A maioria deles realiza trabalhos precários e mal remunerados, cumprindo jornadas de trabalho excessivas que comprometem as possibilidades de realizar, com sucesso, sua educação básica, sendo privados, ainda, do acesso ao lazer e à cultura, além de outras vivências próprias da idade³.

Ao lado do crescimento da violência, das doenças sexualmente transmissíveis e do abuso de drogas, que afetam particularmente os adolescentes, atingindo, inclusive, a muitas crianças, a gravidez precoce reforça o ciclo de reprodução da exclusão, caracterizada por baixa renda, escolaridade insuficiente, inserção precoce e precária no mercado de trabalho⁴.

² O texto que segue sobre a conjuntura educacional alagoana foi parcialmente extraído do Plano Estadual de Educação, aprovado em Congresso em dezembro de 2004.

³ De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, feito em 2013 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), a taxa de escolaridade entre os jovens de 18 anos ou mais que estão ocupados, 47,95% possuem apenas Ensino Fundamental completo e 33,63% possuem Ensino Médio completo. Esses dados indicam que a taxa de escolaridade de Alagoas é a menor do Brasil

⁴ O Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano (CEBELA) revelou por meio de um estudo sobre a Violência em 2013, no Brasil, que as taxas de Homicídios entre jovens na cidade de Maceió é a mais elevada do país. E segundo o mesmo Centro de Pesquisa, a taxa de assassinatos em todo o Estado aumentou 171,1 %, demonstrando com isso um agravamento em relação à questão da violência entre os jovens em idade escolar.

Garantir, pois, uma educação básica para os jovens excluídos é, hoje, inquestionavelmente, um dos meios para se reverter esse quadro social, considerando que um dos atributos mais valorizados neste mundo em que vivemos é a posse de uma escolarização em consonância com a cultura letrada e com as respectivas tecnologias que permeiam todas as instâncias da vida social. Sabe-se que, por si só, a Educação não pode resolver os crônicos problemas sociais alagoanos que decorrem da forma como vem se dando a posse da terra, com a predominância da monocultura; esta ligada à forma econômica capitalista, com características de degradação da terra, além da pouca eficiência agroecológica da produção agrícola e industrial. Mas, sim, se tem certeza de que a educação escolar pode congrega esforços com os demais setores sociais que buscam atender às variáveis sócio-econômicas e políticas acima referidas, no intuito de contribuir, significativamente, para melhorar o padrão de vida de famílias alagoanas. Nesse sentido, problemas crônicos como o da distorção idade/série precisam ser enfrentados, diante, por exemplo, dos dados do quadro social:

QUADRO Nº 2 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ALAGOAS – 2002⁵

ABRANGÊNCIA	Série	Taxa de Distorção Idade-Série - %
TODO O ESTADO	1ª Série	33,0
	2ª Série	49,6
	3ª Série	58,0
	4ª Série	61,2
	1ª à 4ª Série	48,4
	5ª Série	73,2
	6ª Série	73,3
	7ª Série	72,0
	8ª Série	70,8
	5ª à 8ª. Série	72,6
	Média Global	57,7

Fonte: CDI/SEE/AL

Esses dados denunciam algo que é gravíssimo do ponto de vista da democratização do ensino, já que a incidência da chamada distorção idade/série ocorre justamente nas camadas economicamente menos favorecidas.

Dados do SAEB de 2001, por outro lado, sobre as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental explicitam, para Alagoas, resultados preocupantes no tocante ao rendimento escolar em Língua Portuguesa e Matemática, como pode ser observado na leitura dos dados do Quadro Nº 3:

⁵ De acordo com o Censo Escolar do IBGE de 2012, Alagoas é o estado com maior taxa de abandono no Ensino Fundamental (7,5%), como também, no Ensino Médio (18,2%)

QUADRO Nº 3 – PERCENTUAL DE ALUNOS POR ESTÁGIO DE PROFICIÊNCIA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTALREGULAR ALAGOAS/2001

COMPONENTE CURRICULAR	MUITO CRÍTICO	CRÍTICO
LÍNGUA PORTUGUESA	31,7%	43,2%
MATEMÁTICA	17,9%	52,1%

Na leitura dos dados acima, importa considerar que, em Língua Portuguesa, se apresenta um nível *muito crítico* dos estudantes que não desenvolveram habilidades de leitura e não foram alfabetizados/as adequadamente, enquanto que os/as situados/as em nível *crítico* não são leitores/as competentes e leem de forma cortada, apenas frases simples; já em Matemática, situam-se em nível *muito crítico* aqueles/as que não conseguem transpor, para uma linguagem matemática específica, comandos operacionais elementares compatíveis com a 4ª série; não identificam uma operação de soma ou subtração envolvida no problema ou não sabem o significado geométrico de figuras simples, enquanto que os/as situados/as no nível *crítico* desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas aquém das exigidas para a 4ª série.

Outro desafio para os responsáveis pela definição e implementação de políticas de escolarização para Alagoas é o de corrigir a distorção idade/série também no Ensino Médio que, em 2002⁶, atingiu alarmantes índices, como se vê quadro abaixo.

QUADRO Nº 4 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL 2002

ESPECIFICAÇÃO	SÉRIE	TAXA DE DISTORÇÃO %
REDE ESTADUAL	1ª SÉRIE	82,6
	2ª SÉRIE	82,1
	3ª SÉRIE	82,8
TOTAL		82,5

Fonte: CDI/SEE/AL

Esse fenômeno da distorção que, na maioria das vezes, resulta da reprovação repetida, não é apenas danoso financeiramente para o sistema de ensino, na medida

⁶ De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2010, a taxa de distorção entre Idade e Série no estado de Alagoas ficou em 29,7% no Ensino Fundamental, e em 49,1% no Ensino Médio. Esses indicadores demonstram uma realidade de desigualdade econômica e social que se expressa no campo da educação de maneira bastante expressiva, comprometendo com isso o pleno desenvolvimento dos indivíduos e sua inserção nos direitos da plena cidadania.

em que impede a regularização do fluxo. Em acréscimo, ele prejudica psicologicamente o/a estudante que, ao repetir uma ou mais vezes a série que está cursando, vê-se com baixa estima, sentindo-se diferente e inferiorizado ou, no mínimo, desmotivado, pela convivência com turmas ou saberes próprios dos/as de menor idade. Esses sentimentos se agravam ainda mais quando, em casa, ele/ela não consegue ajuda nem compreensão. Sem esperança de conseguir se apropriar dos conteúdos escolares que, ano após ano, são apresentados da mesma forma, não se adequando, portanto, a seu modo de aprender, o/a estudante multirreprovado/a acaba por abandonar a escola. Daí a necessidade de se recuperar, através de aprendizagem bem sucedida, o autoconceito positivo e a confiança na capacidade de o/a aluno/a com distorção idade/série aprender.

Na segunda metade da década de 1990, o estado de Alagoas passou a definir a alfabetização com maior rigor, considerando que o processo de alfabetização somente se consolida, de fato, entre as pessoas que completaram a 4ª série do Ensino Fundamental. Constatou-se que elevadas taxas de regressão ao analfabetismo ocorriam entre os/as não concluintes, deste nível de ensino. No entanto, por parte dos entes federados, não se consubstanciaram políticas de caráter orgânico e permanente capazes de tornar efetivo esse desejo de políticas continuadas no campo da alfabetização. Para se reverter esse quadro, em Alagoas, impõe-se a necessidade de o Estado desenvolver ações concretas para erradicar ou pelo menos reduzir o analfabetismo, pois se sabe que, em sua esteira, ampliam-se os flagelos sociais do desemprego, o aumento da taxa de prostituição, gravidez precoce, mortalidade infantil e marginalização social. Em parte, devido à descontinuidade de políticas contínuas de alfabetização, de forma ser atual, o cenário superior a 50% dos municípios alagoanos possuem taxa de analfabetismo superior a 40% da população.

Com a busca intensiva, pelos municípios, ao/à estudante rubricado/a pelo FUNDEF/FUNDEB, juntamente com a improvisação do atendimento do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, deu-se, por exemplo, um abandono crítico, de caráter antissocial, à Educação Infantil. Conforme dados levantados pelo UNICEF:

QUADRO Nº 5 – TAXA DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA EM ALAGOAS E EM MACEIÓ, EM 2001, FRENTE AO UNIVERSO POPULACIONAL, O UNIVERSO A SER ATENDIDO E O NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DOS PAIS.

LOCAL	POPULAÇÃO					% DE CRIANÇAS CUJOS PAIS TÊM MENOS DE 4 ANOS		% DE CRIANÇAS EM CRECHES	% DE CRIANÇAS EM PRÉ-ESCOLA
	TOTAL	0-6 ANOS	0-1 ANOS	0-3 ANOS	4-6 ANOS	PAI	MÃE		
ALAGOAS	2.633.251	442.540	65.850	255.906	186.634	64,65	45,98	2,95	28,00
MACEIÓ	723.142	101.124	14.860	58.947	42.177	37,92	21,88	2,89	24,92

Fonte: UNICEF, 2002

O abandono escolar ocorre como um processo intraescolar, sobretudo, junto a crianças de origem social popular, cujos perfis culturais encontram-se distantes ou são muito diversos da cultura escolar, padronizada por valores e concepções hegemônicas e heterônomas implementadas desde a colonização portuguesa.

A inclusão do município de Maceió nos dados sobre atendimento em creche e pré-escola foi com o intuito de realçar a magnitude do problema até na cidade mais bem estruturada e de maiores recursos do estado, pois, de outra forma, poder-se-ia ter uma percepção imprecisa por conta do uso da média estadual. Aqui fica claro que essa questão é até mais grave na capital, uma vez que o percentual de atendimento encontra-se abaixo da média geral. Somando-se esses dados de escolaridade aos de atendimento de saúde da população alagoana, temos um IDI – Índice de Desenvolvimento Infantil – de 0,426 para o estado, contra 0,589 para Maceió, sendo este o mais baixo de todas as capitais do Nordeste do Brasil.

O fato é que, em meio aos múltiplos problemas de natureza qualitativa com os quais se debate a educação escolar em Alagoas, apresenta-se, desde 2003, com a entrada em vigor do Plano Nacional de Educação, um desafio de desenvolvimento do ensino que tem a projeção configurada pelos dados a seguir consubstanciados:

**QUADRO Nº 6 – ESTIMATIVA DAS MATRÍCULAS DE ALAGOAS NO SETOR PÚBLICO,
DE ACORDO COM AS METAS DO PNE – 2003/2011**

NÍVEL E MODALIDADE DE ENSINO	MATRÍCULA NO SETOR PÚBLICO								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Creche (até 3 anos)	7.327	14.420	28.378	55.846	60.749	66.083	71.886	78.198	85.064
Pré-escola (de 4 a 6 anos)	42.621	58.378	78.700	104.908	112.047	119.622	127.660	136.190	145.242
Ensino Fundamental	678.875	682.112	680.897	671.229	648.657	619.773	585.799	547.287	506.974
Ensino Médio	97.508	114.144	136.705	170.034	206.263	236.750	257.609	269.952	276.334
Educação Superior	17.628	20.086	22.886	26.077	29.713	33.856	38.576	43.576	50.083
Ed. Especial-Fundamental	276	484	553	629	994	1.115	1.247	1.393	8.717
EJA Fundamental	146.373	152.193	158.307	164.735	186.407	211.190	239.545	271.997	309.153
EJA – Médio	2.906	3.260	3.641	4.052	4.900	5.873	6.992	8.276	9.752

Fonte: Simulações Realizadas pelo MEC/INEP

Evidentemente que o quadro educacional, até aqui sucintamente esboçado, traz para o primeiro plano, entre outras, a necessidade de se pensar quantitativa e qualitativamente a problemática da oferta de profissionais da educação para o desafio que se apresenta. Considerando-se que, ao longo de toda a história da educação em Alagoas, o crescimento da oferta de Funções Docentes jamais acompanhou, de perto, a trajetória de expansão da matrícula e do número de turmas da Educação Básica Pública, tanto em quantidade, quanto em nível de qualificação para a função (cf. VERÇOSA, 2001), os dados coletados pelo MEC/INEP referentes aos tempos atuais evidenciam que, em Alagoas, o grau de formação dos Docentes ainda deixa muito a desejar, como se pode ver a seguir:

QUADRO Nº 7– PERCENTUAL DE DOCENTES, POR GRAU DE FORMAÇÃO, SEGUNDO OS NÍVEIS DE ENSINO – ALAGOAS/2003

ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL DE FORMAÇÃO			
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE DOCENTES
CRECHE	12,06%	78,08%	8,5%	515
PRÉ-ESCOLA	5,2%	84,8%	9,9%	3.690
ENSINO FUNDAMENTAL (1ª à 4ª)	4,0%	85,4%	10,6%	21.626
ENSINO FUNDAMENTAL (5ª à 8ª)	0,43%	40,5%	59%	12.837
ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL	0,02%	18,5%	81,4%	4.964
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,5%	49,0%	50,1%	385
EJA	3,3%	74,4%	22,3%	4.045

Fonte: INEP/MEC

Como é possível observar nos dados acima, os professores leigos, que até há alguns anos se concentravam na Educação Infantil e nos anos iniciais da Educação Fundamental, com a disputa pelos recursos do FUNDEF/FUNDEB foram estendidos ainda mais para os anos finais deste nível de ensino, à medida que os municípios assumiram desordenadamente os alunos de 5ª a 8ª séries, sem pessoal com formação adequada e, para o Ensino Médio, com o crescimento vertiginoso das matrículas neste nível de ensino na rede estadual que, carente de financiamento específico, “tomou carona” no ensino fundamental já financeiramente debilitado graças ao baixíssimo valor/aluno praticado no estado. Se nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio o número de professores leigos não parece tão alarmante, isso se deve ao fato de que nesses níveis de ensino existe grande carência ou docentes em caráter precário, o que provoca subnotificação dos números efetivamente existentes. De qualquer forma, a incidência tão expressiva de docentes com nível médio ou inferior representa um quadro de qualificação profissional muito aquém do que estão a exigir os saberes e competências a serem trabalhados.

Apesar das ações praticadas no exercício de 1999/2002, como a reinstituição do Conselho Estadual de Educação em moldes democráticos, a realização do Concurso Público, a implementação do Plano de Cargo e Carreira do Magistério Público Estadual, a Reforma Administrativa da Secretaria de Estado, a Capacitação de Profissionais da Educação, sobretudo pelos Municípios, o incentivo à Elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas, a Criação dos

Conselhos Escolares, dentre outras ações, e de se observar a consolidação de uma oferta educacional expandida em termos de cobertura, infelizmente é ainda possível perceber uma grande debilidade da educação alagoana em termos de qualidade, em boa parte devido à carência de investimentos na profissionalização dos seus docentes – profissionalização aqui entendida como condições adequadas de trabalho e formação compatível com o nível de atuação do profissional.

Nesse particular – profissionalização dos agentes da educação escolar –, Alagoas ainda tem pela frente uma grande dívida, cujo pagamento é urgente e indispensável, se quisermos resolver os múltiplos empecilhos para a garantia do direito a uma educação escolar universal e de qualidade para os alagoanos e as alagoanas.

No Estado de Alagoas, particularmente, o esforço recente pela atualização da matriz produtiva secularmente dominante e por uma escolarização suficiente para atender às novas exigências tecnológicas, rumo a um desenvolvimento acelerado e não sustentável, tem se aliado, como vimos, ao crescimento significativo da oferta de Ensino Médio, que passou a atender, de forma particular, a adolescentes e jovens oriundos das camadas mais pobres da população. Frente a esses dados de incremento da educação pré-universitária, porém, os limites de acesso à Educação Superior tornam-se patentes quando se considera que, do contingente de 387.721 adolescentes e jovens integrantes da população de 18 a 24 anos, em 2001, apenas 25.170 se encontravam matriculados neste nível de ensino, em Alagoas. Isso representa apenas 5,6% do contingente em idade de acesso regular ao nível superior, contra uma taxa nacional média de 12%, já considerada baixa pelo PNE 2001. Se, se entende, que a formação desejável de um profissional da educação adequadamente qualificado para o mundo atual, mesmo para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental, é aquela feita em nível superior e se, a isso, se agregar a posição sempre por professores defendida, de que o *locus* privilegiado de formação dessas categoria profissional é o curso de Pedagogia – o que acaba de ser confirmado pelo CNE com as novas DIRETRIZES desse curso –, parece evidente, numa leitura que confronte as tabelas 5, 6 e 7, o quanto ainda há por se fazer em Alagoas; no tocante à formação dos profissionais da educação, de um modo geral, e do profissional formado pelo curso de Pedagogia, em particular. Aqui se considera, evidentemente, também a formação para a Gestão/Coordenação do Trabalho Escolar, que é uma

função indispensável à escola contemporânea, escola que precisa se instrumentalizar para desfrutar da autonomia que lhe confere a lei, mas cuja carência nas escolas alagoanas, sobretudo municipais, ainda é bastante acentuada.

Se a tudo isso se agregar o fato, já anteriormente referido, ainda que de passagem, de que a renda média da maioria das famílias alagoanas é bastante baixa, fica evidente também a extrema importância de um curso superior gratuito na região Agreste de Alagoas, já que, além da UFAL, somente outra instituição gratuita oferece o curso de Pedagogia no estado.

3. OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do curso de Pedagogia apresenta estreita relação entre o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular do curso e o contexto sócio/educacional, no qual o curso está inserido. Nesse sentido, o curso tem como objetivo geral: Formar profissionais para atuação no magistério da Educação Infantil, anos iniciais da Educação Fundamental e no Ensino Médio, na modalidade Normal, que compreendam o processo de ensino/aprendizagem com sólida formação teórica e que estejam preparados tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão, na forma de atuação social marcante na sociedade.

Esta formação deve possibilitar a constituição do professor como um cidadão intelectual, crítico e transformador, pelo exercício sistematizado de reflexão sobre a sua práxis pedagógica, orientado pela unidade teoria/prática, contribuindo, assim, para a autonomia docente e para a qualidade do ensino na Educação Básica.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada no curso de Pedagogia Licenciatura, conforme o presente Projeto, prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal direcionamento pode ser observado, por exemplo, nos desdobramentos das atividades propostas em sala de aula, as quais, em sua maioria, se valem da pesquisa de ambientes escolares da Educação Básica e se refletem em ações de extensão suscitadas pelos dados coletados e analisados nestas investigações.

Igualmente, à luz de referenciais científicos, a formação dos discentes é permeada pelo direcionamento interdisciplinar, conforme anuncia a estrutura de troncos

e, especificamente, a presença de disciplina específica, Projeto Integrador, em cada semestre letivo. Acordes com essa visão, a proposta visa um diálogo entre as distintas áreas do conhecimento de forma a levar os discentes a construir elementos voltados ao pleno desenvolvimento da pessoa, bem como sua inserção na sociedade e qualificação para o trabalho.

O conhecimento teórico alia-se à prática, na adoção de metodologias ativas. Busca-se, ainda, promover entrelace entre docentes e discentes, criando condições que facilitem a aprendizagem, nas quais os conteúdos de cada disciplina, considerando-se suas peculiaridades, podem ser estudados através de atividades diversificadas, tais como: seminários (os quais oportunizam a ampliação de habilidades de análise e argumentação); trabalhos monográficos (para problematização e aprofundamento das teorias e das metodologias da pesquisa); aulas expositivas dialogadas; e, entre outros, visitas a espaços nos quais a atuação do profissional da Pedagogia pode ser conhecida e analisada, em confronto com a teoria e sob a orientação docente.

Através dessas e outras metodologias utilizadas, se almeja formar um profissional capaz de desenvolver suas ações profissionais com foco nas potencialidades humanas, que conceba o fenômeno educativo em sua totalidade, perspectivando formação e informação, envolvendo atividades não apenas pedagógicas, mas também atividades que visem a construção de possíveis alternativas de transformação social, considerando-se os condicionantes que influenciam diretamente a sua função, observados, por exemplo, no âmbito escolar e educacional.

5. PERFIL DO EGRESSO

Os egressos do curso de Pedagogia Licenciatura da UFAL/*Campus* de Arapiraca podem exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, em sua modalidade Normal; na Educação Profissional, na área técnica, em serviços de apoio escolar, bem como nas atividades de organização e gestão de sistemas e instituições de ensino e afins, englobando planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação, produção e difusão do conhecimento científico/tecnológico do campo educacional, em diversos contextos sociais.

De acordo com o que estabelecem os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (Brasília, Abril de 2010):

O Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Básica. Sua atribuição central é a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento pedagógico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Básica, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

6. HABILIDADES / COMPETÊNCIAS / ATITUDES

Segundo o que apresentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, como síntese final do que estabelecem, à guisa de explicitação das categorias empregadas no desenho do perfil desejável do novo Pedagogo e das suas próprias bases:

- o curso de Pedagogia trata do campo teórico/investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambientais ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professores como alunos ensinam e aprendem uns com os outros, e o professor é agente de (re)educação das relações sociais e Étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola.

Assim sendo, o egresso do curso de Pedagogia do *Campus* de Arapiraca da UFAL, deve possuir:

- postura ética e compromisso para atuar na construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

- capacidade de compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social;

- aptidão para fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade apropriada;

- disposição para trabalhar na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- reconhecimento e respeito às manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;

- domínio dos modos de ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;

- capacidade de relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático/pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- disposição para promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

- aptidão para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, Étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental/ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

- capacidade de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuam enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuam, planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais;
- preparo para realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares, sobre processos de ensinar e aprender, em diferentes meios ambiental/ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- capacidade de utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- condições de estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhes caiba implementar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

7. CONTEÚDOS / MATRIZ CURRICULAR

Os cursos de graduação oferecidos nos *campi* do interior do Estado, no âmbito do projeto de expansão da UFAL, constituem experiência inovadora, apresentando características distintas daquelas dos cursos do *Campus* Central/Maceió. Respondem à necessidade de adoção de um projeto acadêmico/administrativo inovador, racional, flexível e econômico em recursos humanos e materiais, conforme exigem os novos tempos. Mas, sem sacrificar a qualidade nem deixar de ser apropriado às novas condições de operação da instituição, em sintonia com as fronteiras e as novas dinâmicas do conhecimento, a consideração da

pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade, objetivando a formação competente e cidadã dos seus alunos.

Assim, a UFAL ousou definir novos padrões e procedimentos institucionais, nova estrutura e novos projetos pedagógicos, como resposta aos novos desafios da contemporaneidade e suas exigências quanto ao:

- conhecimento geral, comum a todos os cursos, com abordagem da complexidade e da totalidade;

- conhecimento compartilhado, intermediário, comum aos vários cursos de cada eixo de formação;
- conhecimento específico de cada profissão, em constante dinamismo e inovação, alinhado à ciência universal, mas considerando as particularidades locais.

7.1. Eixos Temáticos de Formação

Os cursos de graduação implementados nos *Campi* e Unidades de Ensino do interior são agrupados em Eixos Temáticos, observando-se, como exemplo, entre outros:

- 1- Eixo das Agrárias;
- 2- Eixo da Educação;
- 3- Eixo de Gestão;
- 4- Eixo das Humanidades;
- 5- Eixo da Saúde;
- 6- Eixo da Tecnologia.

Os Eixos Temáticos agrupam classes de cursos que guardam identidades, atividades e formações disciplinares comuns. A definição dos cursos que os compõem é flexível e progressiva, consideradas as demandas locais e o acesso aos recursos federais de expansão e de manutenção da instituição.

7.2. A Organização em Troncos de Conhecimento

A nova estrutura e o novo conteúdo curricular – contemplando a oferta semestral de disciplinas – são organizados mediante Troncos de Conhecimento que definem estratos de formação progressiva, iniciando-se com a formação geral e comum a todos os cursos, a formação comum a cada Eixo e a formação específica e profissional final, como apresentado a seguir:

- Tronco Inicial, de conteúdo geral, comum a todos os cursos;
- Tronco Intermediário, de conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático;
- Tronco Profissionalizante, conteúdo específico da formação graduada final.

7.2.1. O Tronco Inicial

O Tronco Inicial é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação interiorizados, pertencentes a cada Eixo Temático. É composto de três disciplinas de formação geral e de um seminário integrador. O conteúdo deste Tronco compreende atividades desenvolvidas em 20 horas semanais, por um semestre (20 semanas), oferecendo-se, ao final, 400 horas semestrais. Objetiva a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes à Sociologia, Filosofia, Antropologia, Lógica, Informática e Computação.

6.2.2. O Tronco Intermediário

O Tronco Intermediário é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação pertencentes a cada um dos Eixos Temáticos anteriormente referidos. É composto por disciplinas instrumentais de síntese e por um projeto integrador, objetivando a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes à formação básica comum aos cursos de cada Eixo Temático. Desenvolve-se ao longo de um semestre letivo (20 semanas), a partir de atividades de 20 horas semanais, obtendo-se, ao final, 400 horas semestrais. O Curso de Pedagogia pertence ao Eixo Educação e as disciplinas ofertadas são as mesmas para todos os cursos de Licenciatura. O Tronco Intermediário do Eixo Educação objetiva a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes à Psicologia da Educação, LIBRAS, Profissão Docente, Política e Organização da Educação e Gestão Escolar.

6.2.3. O Tronco Profissional

O Tronco Profissional compreende conteúdos específicos de cada curso, ofertados através de disciplinas que observam as características peculiares dos projetos pedagógicos e traduzem as formações graduadas finais de cada curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e dentro dos Eixos Temáticos já referidos. Tem duração variável, em função de cada formação profissional específica, evitando, no entanto, os conteúdos supérfluos e dispersivos.

8. PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura desenvolve as atividades referentes à prática pedagógica obedecendo ao que determina a Resolução do CEPE/UFAL N.º 32, de 14 de fevereiro de 2005, que estabelece em seu Parágrafo 3º:

da carga horária de 400 (quatrocentas) horas destinadas à prática pedagógica, 280 (duzentos e oitenta) horas deverão ser contempladas em projetos integradores e 120 (cento e vinte) distribuídas em diferentes disciplinas, como definido no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

A prática pedagógica no Curso de Pedagogia apresenta como objetivo principal a reflexão e a sistematização sobre a realidade educacional da região Agreste do estado de Alagoas e suas vinculações históricas, culturais e sociais com o restante do estado e com o país, pautadas na interdisciplinaridade, no respeito às questões Étnico-raciais, na relação orgânica entre teoria e prática, no acesso às tecnologias, na inclusão e acessibilidade e no resgate de uma nova visão de respeito ao meio ambiente.

8.1. Interdisciplinaridade

Considera-se como referência basilar o desenvolvimento da interdisciplinaridade na formação do graduando em Pedagogia, de forma a serem considerados momentos e espaços formativos intraensino e extra espaço da Universidade, na interrelação com a sociedade. Nessa direção, norteia o processo de ensino a interface com as dimensões da área de ciências humanas, assim como com as demais áreas do conhecimento, de modo a ter, como mediação, a RESOLUÇÃO N.º 1, DE 30 DE MAIO DE 2012, a qual estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Tal referência se coaduna com o que estabelece o Art. 8º, no qual se lê que: *“A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais”*.

De modo intra-ensino, também se considera que o Curso de Pedagogia é formado pela contribuição de diversas áreas de conhecimento para a exploração de seu objeto de estudo. Por esse motivo, a interdisciplinaridade é valorizada dentro dos três Troncos de Formação (Inicial, Intermediário e Profissional) e em cada semestre letivo a partir da disciplina Projeto Integrador. Esta disciplina, que é oferecida no 1º (Seminário Integrador) e do 2º ao 8º período (Projeto Integrador), é o espaço privilegiado para a integração interdisciplinar entre os conteúdos das disciplinas ofertadas em cada período.

Assim, o PPC do Curso de Pedagogia – Licenciatura oferece no primeiro semestre a disciplina Seminário Integrador, em cuja ementa se lê a “*Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local; integração e aplicação dos conteúdos, atividades e de avaliação dos progressos discentes do tronco inicial*”. Já a partir do segundo semestre até o sétimo, é oferecida a disciplina Projeto Integrador, com carga horária de 40h, as quais se orientam pela seguinte ementa:

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.

No referido Curso, as demais horas de práticas pedagógicas estão distribuídas entre as disciplinas do currículo, sendo indicada a observância de um percentual de atividades práticas para cada uma das disciplinas.

8.2. Relação entre Teoria e Prática

Ao longo do Curso, a indissociabilidade entre teoria e prática enfatiza o vínculo entre a escola e a Universidade e o desenvolvimento de situações de ação/reflexão/ação a partir do trabalho em cada disciplina, nos estágios supervisionados e nos trabalhos de conclusão de curso. Tendo a prática docente como a base da formação, a ação investigadora, os estudos teórico/práticos, as metodologias

de ensino e as ações de intervenção favorecerão o intercâmbio de saberes e experiências entre os profissionais da escola básica e os discentes em formação, de maneira a propiciar a formação de um Pedagogo capaz de lidar com os desafios da profissão docente e da educação de sua região.

8.3. Relações Étnico-raciais

Segundo a PNAD 2006, 89,3% da população branca é escolarizada, enquanto na população negra e parda esse índice não ultrapassa os 79,6%. A média de anos de estudo da população branca é 6,9, enquanto a população negra apresenta em média 4,7 anos de escolarização. Apesar do crescimento nos dois grupos, a diferença de dois anos permanece inalterada desde 1990. A proporção de matrículas no nível de ensino adequado à idade no ensino médio era de 58,4%, para a população branca, e de 37,4%, para a população negra. No que concerne aos indicadores de analfabetismo, há um abismo entre brancos e negros: 59,4% da população negra, acima de sete anos, é analfabeta, contra 12,1% da população branca. Portanto, é necessário criar condições para reduzir a defasagem série-idade, repetência, evasão, principalmente no noturno (CONAE, 2010, p. 67).

Os dados acima revelam déficits históricos para com a população afro brasileira e seus remanescentes, de modo que o curso de Pedagogia é pensado na perspectiva de ofertar condições para que os filhos de trabalhadores de quilombos da região agreste tenham possibilidades de acesso e permanência no Ensino Superior Público.

Nessa direção, o Curso de Pedagogia da UFAL tem como horizonte envolver na sua formação abordagens teórico/metodológicas com conteúdos e práticas que inter-relacionem as dimensões da realidade social a partir das diversas disciplinas elencadas na estrutura curricular do curso, incluindo os Estágios Supervisionados e os eventos propostos pelos docentes do curso para compor as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

Nesse sentido, destacam-se no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAL/*Campus* de Arapiraca, conteúdos e abordagens sobre a temática, das dimensões Étnico-raciais, considerando o que estabelecem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a partir da Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação, a LDBEN 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tais documentos podem se ver refletidos, pois, na presente proposta pedagógica, na qual se busca contemplar e ir além das demandas

registradas em tais documentos, ao mesmo tempo em que se ancora no contexto sócio-histórico, tendo como propósito abarcar a formação no Ensino Superior, valorizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tem-se, pois, por horizonte, possibilitar o debate étnico-racial e estudos da História e cultura afrodescendente e indígena brasileira e alagoana na formação do Pedagogo, de modo contextualizado e crítico, a fim de contribuir para a formação do graduando e de este apreender, na atualidade da sociedade capitalista, a necessidade de ir além de seus referenciais patrimoniais.

8.4. Relação Educação, Sociedade e Tecnologias

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs:

A importância e democratização do uso das TICs na sociedade contemporânea, materializadas, entre outros, pela ampliação do acesso à internet livre em ambientes escolares e universitários, constituem-se na atualidade como ferramentas fundamentais para a formação docente numa perspectiva cultural, social, histórica e ambiental, de modo contextualizado criticamente. A partir dessa perspectiva, a ênfase é norteada para que durante o processo educativo de ensino, em mediação com a pesquisa e extensão universitárias, o trabalho docente permeie o tripé educação, sociedade e tecnologia e, assim, potencialize aportes pedagógicos e as suas interfaces com as demais áreas do conhecimento.

Nesse movimento relacional das TICs com a formação dos educadores, o corpo docente do curso de Pedagogia Licenciatura da UFAL/*Campus* de Arapiraca considera enriquecedora e necessária sua articulação com os saberes que compõem o patrimônio educativo, também presentes nos acervos da universidade. Com o objetivo de gerir informação e apreensão da realidade social e cultural, o Curso de Pedagogia se propõe a estudar, debater e contextualizar sobre tais tecnologias, suas generalidades, especificidades, metodologias e desafios de usos na educação.

O Ensino Superior, por meio da tecnologia, volta-se, pois, para buscar dinâmicas de processos sociais, patrimônio histórico e suas realidades, territórios regionais e das suas relações na sociedade alagoana, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades dos graduandos, para possibilitar diversas atividades teórico/práticas por meio do uso de

computadores, da internet, de *softwares*, a partir de bases analíticas na formação do pedagogo e dos licenciandos da UFAL.

A partir desse critério, os docentes atuantes na UFAL, formados em nível de mestrado e doutorado, são capazes de desenvolver um ensino que promova o compartilhamento em rede das informações estudadas e produzidas no curso, incluindo-se aquelas produções advindas de saberes e conhecimentos tecnológicos, seja por meio de conteúdos, conceitos, tecnologias, habilidades técnicas, metodológicas e práticas, ou ainda pela via da informática e de seus aportes comunicacionais.

Outro componente da atividade didático/pedagógica e social do professor da disciplina em tela é o de relacionar os conteúdos com os processos sociais regionais/locais e fomentar a participação de alunos em Programas, Projetos, cursos, oficinas para atualização contínua. Também é seu objetivo desenvolver projetos que provoquem uma cultura institucional de qualificação técnica em uso de equipamentos e, para tanto, o *campus* de Arapiraca conta com uma arquitetura informática – sistema de livre acesso à internet - que dá suporte, por exemplo, à plataforma *moodle*, através da qual docentes e discentes do curso interagem virtualmente.

Além dessa plataforma, os docentes também podem estimular a participação dos discentes através de situações didáticas vivenciadas em outros ambientes virtuais, tais como fóruns *on line*, *chats*, redes sociais, *e-mails* e outros, os quais atuam como instrumentos auxiliares de aprendizagem. Com vistas à incorporação de tais tecnologias, apresentadas e utilizadas sob o olhar pedagógico, o curso conta, ainda, com uma disciplina obrigatória de 80h - “Educação e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação”, além da disciplina eletiva “Introdução à Educação a Distância”, as quais fortalecem os conteúdos supracitados inicialmente tratados pela disciplina “Lógica, Informática e Comunicação”, comum a todos os cursos e ministrada no primeiro período ou Tronco Inicial.

8.5. Educação Inclusiva e Acessibilidade

No Brasil, a demanda pela Educação Inclusiva tem estimulado a atenção a questões relacionadas à acessibilidade. Cabe destacar que da mesma forma que a inclusão não tem como público apenas as pessoas com deficiência, o tema da acessibilidade na educação diz respeito a todos os integrantes de uma dada comunidade escolar e/ou acadêmica.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade, tanto de pessoas com deficiência, quanto de pessoas com mobilidade reduzida. Segundo o Decreto-lei 5.296, de 02 de dezembro de 2004, neste grupo estão incluídos sujeitos com uma limitação temporária ou permanente de se relacionar com o meio, por exemplo, gestantes e idosos.

A acessibilidade, portanto, deve ser pensada considerando-se a diversidade de tal comunidade, objetivando que seus componentes tenham as mesmas condições de participar com segurança e autonomia de todas as atividades nela desenvolvidas, mediante a eliminação de barreiras. Estas, segundo a Lei nº 10.098/2000, podem ser de quatro tipos: barreiras arquitetônicas urbanísticas, barreiras arquitetônicas na edificação, barreiras arquitetônicas nos transportes e barreiras na comunicação.

No tocante às acessibilidades necessárias à inclusão de pessoas com deficiência, vale destacar que, se somando ao disposto nas citadas legislações federais, em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, acrescenta ao arcabouço das barreiras mencionadas aquela de natureza atitudinal, ao afirmar o reconhecimento da deficiência como um *“conceito em evolução”*, resultante da *“interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”*. O texto da Convenção, por sua magnitude e importância no cenário internacional, é assumido em nosso país como o Decreto Legislativo nº. 186/2008 e o Decreto nº. 6.949/2009, passando a vigorar como referência nacional para a implementação das ações de acessibilidade que dão suporte à efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, sendo o direito à educação considerado constitucionalmente como um direito social, no curso de Pedagogia entendemos que o direito de acesso e permanência à Educação Superior e, sobretudo, à Educação Superior ofertada no ambiente público federal, deve incorporar a permanente busca pela eliminação das barreiras visíveis e invisíveis (sociais/atitudinais) que ainda afastam as pessoas com deficiência do usufruto de seus direitos, ou seja, do pleno desenvolvimento de suas potencialidades (Almeida Prado, 1997; Gotti, 2006; Guedes, 2007; Chahini, 2010; Tavares, 2012).

No contexto universitário, portanto, defendemos que a acessibilidade deve perpassar todas as ações desenvolvidas pelas instituições, sendo inserida como tema transversal na tríade ensino, extensão e pesquisa. No entanto, cabe ressaltar que a adoção de metas de acessibilidade na universidade ainda é cercada por várias barreiras, como já mencionado, a exemplo dos programas curriculares, no qual ainda se pode identificar a quase inexistência de disciplinas tratando sobre a temática nos cursos de graduação e, especialmente, naqueles de licenciatura.

Para a mudança dessa realidade, pois, entendemos que a comunidade acadêmica - formada pelos estudantes, servidores docentes, gestores da educação superior, técnicos e demais profissionais prestadores de serviços -, deve ser constantemente sensibilizada acerca da diversidade humana - enquanto fonte de riqueza social -, bem como sobre as suas demandas, a serem materializadas sob diferentes formas e de maneira peculiar, o que vem requerer de todos os envolvidos com a universidade um processo permanente de adaptação e de ajuste em prol do atendimento de suas necessidades.

Sob essa égide, faz-se necessário lançar mão das ajudas técnicas existentes, de forma a estar preparando-se permanentemente para o ingresso de novos alunos e servidores com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como para poder acolher a diversidade - e multiplicidade - humana, também manifestadas naqueles que visitam o *campus*. Igualmente, é mister promover constantemente entre os alunos, docentes e toda a comunidade acadêmica, seja através de eventos, pesquisas científicas, projetos e ações de extensão no e a partir do *campus*, a crescente difusão de informações pertinentes à temática.

Diante do exposto, o Curso de Pedagogia do *Campus* de Arapiraca apoia e procura seguir o disposto na Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, documento no qual o Ministério da Educação visa garantir às pessoas com deficiência os requisitos básicos de acessibilidade ao Ensino Superior. Busca colaborar com a promoção da acessibilidade, sobretudo no que se refere à implementação de adaptações de cunho pedagógico, com o objetivo de garantir a todos o direito a uma educação de qualidade, ou seja, verdadeiramente inclusiva.

Vale destacar, ainda, que a UFAL/*Campus* de Arapiraca desenvolve e implementa esforços na política de inclusão social ao buscar atender necessidades sócio/econômicas dos alunos, por exemplo por meio de programas de bolsa permanência, de monitoria, de Iniciação Científica (PIBIC), de Iniciação à Docência

(PIDIB), de Extensão, assim como pela aplicação de cotas para o ingresso universitário e em pela inclusão de alunos em grupos de estudo e pesquisa.

8.6. Educação Ambiental

De acordo com a Lei 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a Educação Ambiental entendida como um “*componente essencial e permanente da educação nacional*”, deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo a reflexão sobre a Educação Ambiental como uma temática comum às diversas disciplinas ou ofertada em disciplina específica.

No âmbito desta reflexão sobre a Educação Ambiental, é primordial que nos currículos dos cursos de graduação se atente para a superação da visão restrita de que a Educação Ambiental é uma discussão de cunho biológico e que a complexidade das dimensões culturais e sociais seja agregada à nova concepção na qual se assume uma Educação Ambiental Crítica (CARVALHO, 2006). De acordo com esta nova visão, o ambiente é o palco das interações entre a natureza, a cultura e a sociedade que se transformam mutuamente.

O curso de Pedagogia do *Campus* de Arapiraca defende, pois, que o processo educativo construído nos diferentes níveis de ensino deve incorporar essa nova visão, possibilitando aos indivíduos “*uma compreensão, sensibilização e ação que resulte na formação de uma consciência da intervenção humana sobre o ambiente, que seja ecologicamente equilibrada*” (NETO & AMARAL, 2011, p.130).

Nesse contexto, a formação que capacite os sujeitos a analisarem de forma crítica e sustentável as ações e intervenções tecnológicas e sociais requer prioridade e centralidade para que a responsabilidade da construção das condições de permanência e sobrevivência no planeta seja tarefa de cada uma e de cada um, com respeito às diversidades sociais, ambientais e culturais.

8.7. Educação do Campo

Pensar e agir na dimensão educacional pública exige inclusão dos territórios da sociedade. Nesses territórios, o espaço do campo, quilombola, indígena, ribeirinho e da floresta necessita ser embasado no movimento da realidade sócio/histórica para

aprender seus saberes, tecnologias, culturas, conhecimentos, no sentido de fomentar estudos e valorizar continuamente significados e contextos socioculturais e suas diversidades locais, regionais em interrelação com o nacional e internacional.

A educação do campo, como outras modalidades, é parte constituinte da educação e necessita ser ofertada a partir de elementos teóricos/metodológicos e empíricos – de práticas educativas, socioeconômicas, tecnológicas, culturais, ambientais – que subsidiem e contribuam para a transmissão e aprofundamento do conhecimento acumulado e a produção deste, para além do ensino em sala de aula. Ademais, esta como as demais modalidades educativas, na formação do graduando em Pedagogia se situa na dimensão indissociável entre ensino, pesquisa e extensão universitária, conforme assegura o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988; o Art. 28 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução – Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica CNE/CEB n. 02/04/2002 e o Decreto presidencial 7352/2010, a fim de que seu território e sua educação escolar seja objeto de desenvolvimento do conhecimento científico, e não legado às margens da sociedade atual.

Nessas perspectivas, e ainda considerando demandas da CONAE 2010, para a Educação do Campo, no seu Documento Final, item s, (MEC/SECADI, 2010, p. 137) expressa-se, que as Universidades necessitam “Criar mecanismo junto às instituições de ensino superior no sentido de garantir a inclusão da educação do campo na matriz curricular dos cursos de pedagogia e licenciatura”. O Curso de Pedagogia da UFAL, Campus de Arapiraca, desde sua implantação, insere tal modalidade objetivando uma formação sólida, contextualizada e crítica, na interface com as demais dimensões das áreas de conhecimento.

8.8 Educação e Movimentos Sociais

O Ensino Superior da UFAL/*Campus* de Arapiraca, por meio do seu Curso de Pedagogia oferta a modalidade Educação e Movimentos Sociais, por meio de disciplina eletiva, tendo como objetivo assegurar na formação do pedagogo e dos licenciandos aportes teórico-metodológicos, com conteúdos para a transmissão e construção de conhecimentos vinculados a dinâmica de Organizações, Associações, Grupos de Pessoas, Fóruns, Conselhos e Movimentos Sociais – Operários, Camponeses, Mulheres,

Jovens, Moradia, Sem Terra, Estudantes, Religiosos – a fim de apreender suas proposições, finalidades e experiências no contexto dos problemas sociais, tanto no campo, quanto na cidade.

Diante da importância da questão social nas sociedades, na qual emerge diversas problemáticas, as quais podem gerar conflitos profundos e extensos, essas problemáticas expressam contradições, tensões, relações de poder, interesses diferentes e antagônicos entre Projetos das elites e dos trabalhadores, como desemprego, pobreza, riqueza, mecanismos de extração de mais valia, é fundamental que a universidade, na formação de professores, promova uma graduação em que considere a temática social, como relevante socialmente, e não apenas como um conceito, um termo em si mesmo.

O estudo sistemático das questões sociais envolve um compromisso de conduzir o processo de formação do licenciando a partir de atividades educativas que apreendam práticas e teorias de movimentos sociais. Nos âmbitos externo e interno, a interface desses Movimentos Sociais com políticas sociais do Estado – como também o Planejamento e ações do Estado sobre reivindicações/práticas dos Movimentos Sociais. Isto de modo a proporcionar conhecimentos que superem a fetichização das atividades dos Movimentos Sociais, buscando, tanto as suas sociabilidades, quanto as relações com Estado, no contexto entre políticas, serviços, programas, ideologias e bases econômico-políticas, em que esses Movimentos se situam, na sociedade.

8.9 Educação e Economia

Estudar aspectos da produção e da reprodução social em tempos de formação e do desenvolvimento do capitalismo no contexto social contemporâneo significa dispor na formação do graduando possibilidades para a compreensão de seus princípios, nexos, finalidades e interfaces com a educação. Nesse sentido, contextualizar o surgimento da economia política, as suas concepções, com foco nas Escolas clássicas e neoclássicas, tem significado expressivo para apontar os principais rebatimentos para a educação. Exige para uma formação em nível de graduação pontuar o desenvolvimento do pensamento ocidental da economia política, como também o funcionamento do capitalismo e sua relação com o campo e cidade. Trabalhar conceitos, categorias do método da economia política e situar a Historiografia da economia política implica, pois, em apreender a sua relação e seus corolários para o campo da escola.

8.10 Educação de Jovens e adultos

Assegurar a apreensão de concepções em Educação e pressupostos teórico-metodológicos da Alfabetização de Jovens e Adultos, no contexto econômico-social, pressupõe que a Universidade considere a formação do pedagogo e demais licenciaturas com a ampliação de temáticas que assegurem ao graduando conhecimentos para sua inserção no mundo do Trabalho.

37

A partir desse pressuposto, a oferta da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, concerne em abranger a totalidade do campo formativo em EJA, como estudar seus conceitos, princípios, tendências, realidades e políticas Públicas para essa modalidade de formação, de modo a considerar as realidades regionais e locais, com perspectivas de buscar a sociolinguística. Experiências em Alfabetização de Jovens e Adultos necessitam que sejam buscadas e incluídas para enriquecer a literatura e cultura na alfabetização de EJA, com objetivo de oferta permanente da disciplina na formação do pedagogo e demais licenciaturas.

9. ORDENAMENTO CURRICULAR

9.1. Organização das disciplinas por semestre

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga Horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral
1	TRN001	Sociedade natureza e desenvolvimento: da realidade local à realidade global	Sim	6	120	0	120
	TRN002	Produção do Conhecimento: ciência e não ciência	Sim	6	120	0	120
	TRN003	Lógica, Informática e Comunicação	Sim	6	120	0	120
	TRN004	Seminário Integrador I	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				20	380	20	400
2	EDUC004	Profissão Docente	Sim	3	50	10	60
	EDUC012	Projeto Integrador I	Sim	2	20	20	40
	EDUC008	Política e Organização da Educação Básica do Brasil	Sim	4	70	10	80
	EDUC009	Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	70	10	80
	EDUC010	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	Sim	4	60	20	80
	EDUC011	Libras	Sim	3	40	20	60

Carga horária total do período				20	310	90	400
3		Eletiva	Sim	2	30	10	40
	PEDA001	Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	Sim	3	50	10	60
	PEDA002	Fundamentos Filosóficos da Educação	Sim	3	50	10	60
	PEDA003	Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação	Sim	4	70	10	80
	PEDA004	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Sim	4	70	10	80
	PEDA005	Estatística Educacional	Sim	2	30	10	40
	PEDA006	Projeto Integrador II	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				20	320	80	400
4	PEDA019	Alfabetização e Letramento	Sim	2	30	10	40
	PEDA020	Fundamentos da Educação Infantil	Sim	4	70	10	80
	PEDA021	Didática	Sim	3	50	10	60
	PEDA022	Currículo	Sim	2	30	10	40
	PEDA023	Avaliação Educacional	Sim	2	30	10	40
	PEDA024	Educação Especial	Sim	2	30	10	40
	PEDA025	Trabalho e Educação	Sim	3	50	10	60
	PEDA026	Projeto Integrador III	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				20	310	90	400
5		Eletiva	Sim	2	30	10	40
	PEDA011	Educação e Meio Ambiente	Sim	4	60	20	80
	PEDA027	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	Sim	4	60	20	80
	PEDA031	Projeto Integrador IV	Sim	2	20	20	40
	PEDA041	Arte Educação	Sim	2	30	10	40
	PEDA055	Educação e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação	Sim	4	60	20	80
Carga horária total do período				18	260	100	360
6		Eletiva	Sim	2	30	10	40
	PEDA028	Saberes e Metodologias da Educação Infantil I	Sim	3	50	10	60
	PEDA029	Pesquisa Educacional	Sim	3	40	20	60
	PEDA030	Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I	Sim	3	50	10	60

	PEDA032	Estágio Supervisionado I	Sim	5	20	80	100
	PEDA033	Jogos, Recreação e Brincadeiras	Sim	2	30	10	40
	PEDA038	Projeto Integrador V	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				20	240	160	400
7		Eletiva	Sim	2	30	10	40
	PEDA034	Saberes e Metodologias da Educação Infantil II	Sim	3	40	20	60
	PEDA035	Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II	Sim	3	50	10	60
	PEDA036	Educação de Jovens e Adultos	Sim	4	60	20	80
	PEDA037	Estágio Supervisionado II	Sim	5	20	80	100
	PEDA044	Projeto Integrador VI	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				11	220	160	380
8	PEDA039	Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I	Sim	3	50	10	60
	PEDA040	Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia I	Sim	3	50	10	60
	PEDA042	Saberes e Metodologias do Ensino de História I	Sim	3	50	10	60
	PEDA043	Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais I	Sim	3	40	20	60
	PEDA045	Estágio Supervisionado III	Sim	5	20	80	100
		Projeto Integrador VII	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período				17	210	130	380
9	PEDA046	Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II	Sim	3	50	10	60
	PEDA047	Saberes e Metodologias do Ensino de História II	Sim	3	50	10	60
	PEDA048	Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II	Sim	3	40	20	60
	PEDA049	Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II	Sim	3	50	10	60
	PEDA050	Estágio Supervisionado IV	Sim	5	20	80	100
Carga horária total do período				17	210	130	340
Total de Carga Horária							
Disciplinas							3.060
Estágio Supervisionado							400
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)							200
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)							120
Carga Horária de Integralização Curricular (CHIC)							3.780

9.2 Disciplinas Eletivas

Código	Disciplina	Carga Horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Semestre
PEDA007	Educação e Movimentos Sociais	2	30	10	40
PEDA008	Introdução à Educação à Distância	2	30	10	40
PEDA009	Educação do Campo	2	30	10	40
PEDA010	Educação e Gênero	2	30	10	40
PEDA012	Educação e Diversidade Étnico-Racial	2	30	10	40
PEDA013	Tópicos de História da Educação em Alagoas	2	30	10	40
PEDA014	Educação e Economia	2	30	10	40
PEDA015	Literatura Infantil	2	30	10	40
PEDA016	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	2	30	10	40
PEDA017	Organização e Gestão dos Processos Educativos	2	30	10	40
PEDA018	Corporeidade e Movimento	2	30	10	40

10. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

O Curso de Pedagogia do *Campus* de Arapiraca possui um perfil formado a partir das disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, estágios supervisionados, AACCs e Trabalho de Conclusão de Curso. O curso de Pedagogia deverá ser integralizado no período de 4 anos e meio, ao longo dos quais será cumprida uma carga horária total de 3.884h/a. O tempo máximo para a conclusão do curso será de 12 semestres. As disciplinas obrigatórias correspondem a 8,49% do curso e os demais componentes curriculares têm a sua carga horária distribuída conforme a seguinte representação:

COMPONENTES CURRICULARES	50 MIN	60 MIN	PERCENTUAL
Disciplinas Obrigatórias	2900	2383	73,6%
Disciplinas Eletivas	160	133	4,1%
Estágio Supervisionado	480	400	12,3%
Trabalho de Conclusão de Curso	144	120	3,8%
Atividades Complementares (acadêmico/científico/culturais)	240	200	6,2%
Integralização Curricular	3.924	3.236	100

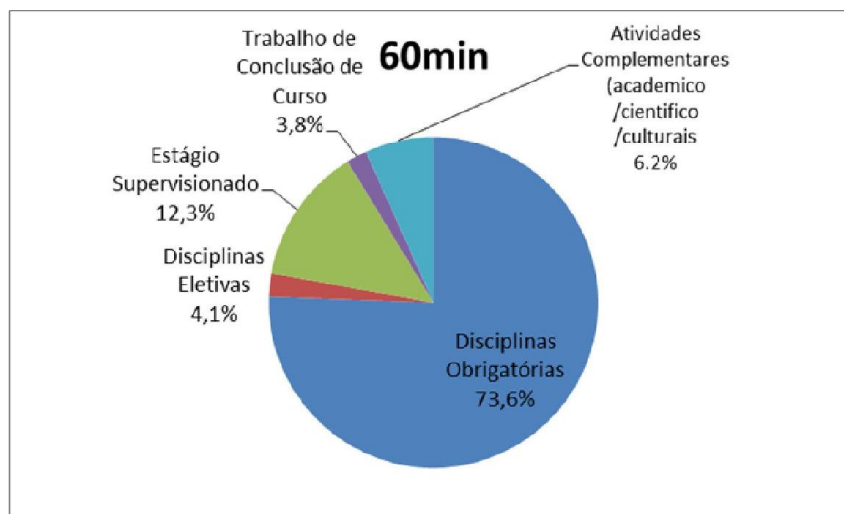


Figura 1 - Componentes curriculares do curso de Pedagogia – Licenciatura do *Campus* de Arapiraca/AL.

11. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

1º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: Relações Locais e Globais.	Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento do mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagem interdisciplinar sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.	<p><u>Bibliografia Básica</u> HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. LIRA, F. Alagoas: formação da riqueza e da pobreza. Maceió: Edufal, 2008. SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. SANTOS, L. G. Politizar as novas tecnologias. Editora 34, 2003.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002. GONÇALVES, C. W. Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Pesquisadores associados em Ciências Sociais, 1984. RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2006. SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.</p>
Produção do Conhecimento: Ciência e não Ciência	Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre expressões do conhecimento tradicional, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.	<p><u>Bibliografia Básica</u> ABNT. NBR 14724:2011. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011. BOMBASSARO, Luiz Carlos. As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. DESCARTES, René. Discurso do Método; para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.. (Coleção Os Pensadores). PLATÃO. Teeteto. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: Universitária, 2001. POPPER, Karl Raimund. A lógica da pesquisa científica. Tradução Leonidas Hesenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo: Cultrix, 1972.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969. HUME. David. Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Tradução AnoarAiex. São Paulo: UNESP, 1972.</p>

		REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia . Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2006.
Lógica Informática e Comunicação	Oferta de instrumentos básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente, usos da linguagem, indução e dedução, novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da internet, expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.	<u>Bibliografia Básica</u> COPI, Irving M. Introdução à Lógica . São Paulo: Mestre Jou Editora, 1981. FURASTÉ, Pedro A. Normas Técnicas para o trabalho científico : elaboração e formatação. 14 ed. Porto Alegre: ABNT, 2007. LÉVY, Pierre. A conexão planetária : o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001. MANZANO, José A. N. G. Broffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação. São Paulo: Editora Érica, 2007. OLIVEIRA, Rômulo Nunes de; OLIVEIRA, Elthon Allex da Silva. Lógica no Cotidiano - Ampliando o seu alcance. Editora: Bookess, 2012 <u>Bibliografia Complementar</u> CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet : Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003. JOHNSON, Steven. Cultura da interface : como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. NAVEGA, Sergio. Pensamento Crítico e Argumentação Sólida . São Paulo: Editora Inteliwise, 2005. VANOYNE, Francis. Usos da Linguagem : Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
Seminário Integrador 1	Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local; integração e aplicação dos conteúdos, atividades e de avaliação dos progressos discentes do tronco inicial.	Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do tronco inicial.

2º PERÍODO

SABERES/ COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Profissão Docente	Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como locus e expressão desse trabalho.	<u>Bibliografia Básica</u> COSTA, Marisa V. Trabalho docente e profissionalismo . Porto Alegre: Sulina, 1996. MACIEL, Lizete Shizne Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre (org.) Formação de professores : passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004. NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto; COSTA, Áurea. A proletarização do professor – neoliberalismo na educação. São Paulo: Sundermann, 2009. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

		<p>VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ORSO, P; GONÇALVES, S. R; VALCI, M. M. Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2008. SAVIANI, D. et al. O legado educacional do séc. XX no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. SOUZA, J. V. A. de. (Org.) Formação de professores para a educação básica: dez anos de LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>
Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	Estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo.	<p><u>Bibliografia Básica</u> LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004. MENEGOLLA, M. e SANT'ANNA, I.M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis: Vozes, 1991. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005. VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (Orgs.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2010. VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (orgs.). Escola: espaço do projeto político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 1998.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> FURLAN, M. e HARGREAVES, A. A Escola como organização Aprendente: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000. LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª ed (rev e amp.) Goiânia: Alternativa, 2004. LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001.</p>
Política e Organização da Educação Básica no Brasil.	Estudo da organização escolar brasileira, nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, no contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira.	<p><u>Bibliografia Básica</u> ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2011. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Legislação Complementar: Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (atualizada até a lei nº 12.061, de 27.10.2009). 4.ed. São Paulo: EDIPRO, 2010. LIBÂNEO, José C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. SAVIANI, Dermeval. PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.</p>
		<p><u>Bibliografia Complementar</u> NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto; COSTA, Áurea. A proletarização do professor – neoliberalismo na educação. São Paulo: Sundermann, 2009. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. VIEIRA, S. I. Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília: Líber Livro, 2008.</p>

Desenvolvimento e Aprendizagem	Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia do desenvolvimento e da Educação em articulação com as concepções de aprendizagem.	<p><u>Bibliografia Básica</u> CARRARA, Kester (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 2004. KUPFER, Maria Cristina Machado; FREUD, Sigmund. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3.ed. São Paulo: Scipione, 1995. (Pensamento e ação no magistério) OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. 5.ed. São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e ação na sala de aula). ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde (Org.). Rede de significações: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.</p> <p style="text-align: center;">45</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> DUARTE, Newton. Vigotski e o "Aprender a Aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.. (Educação contemporânea) LEONT'IEV, Aleksei Nikolaevich. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2007. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU,1986.. (Temas básicos de educação e ensino)</p>
LIBRAS	Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.	<p><u>Bibliografia Básica</u> FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2010. GESSER, Audrei, LIBRAS? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009. GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, Autores Associados, 2002. QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais. BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004. QUADROS, R. M. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed.1997</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.</p>
		SA, Nídia Limeira. Cultura, Poder e Educação de Surdos . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998.
Projeto Integrador I	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.	DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERÍODO.

3º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	Análise histórica da Educação e da Pedagogia, segundo as ideias pedagógicas, com foco na história da educação brasileira	<p><u>Bibliografia Básica</u> CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999. MANACORDA, M. Alighiero. História da Educação. Da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Autores Associados, 1989. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil -Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. Vol. III. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Ed. Autores Associados, 2010. VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento, 2001</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil -Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol. I. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000.</p>
Fundamentos Filosóficos da Educação	A natureza da reflexão filosófica e as implicações da filosofia na prática pedagógica, destacando as perspectivas no campo da filosofia da educação.	<p>BOURDIEU, P. & PASSERON, J. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.</p> <p><u>Bibliografia Básica</u> JASPERS, Karl. Iniciação Filosófica. Tradução Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Guimarães & Cia, 1972. (Coleção Filosofia e Ensaios). PLATÃO. Livro VII. In: _____. A República. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001. LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. 2. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> DIAS, Rosa Maria. Nietzsche Educador. São Paulo: Scipione, 1990. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994. SAVIANI, Dermeval. Educação do senso comum à consciência filosófica. 18 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.</p>

Estatística Educacional	Estudo da Importância e aplicação dos conceitos estatísticos descritivos e inferenciais básicos, na análise de situações e problemas da realidade educacional brasileira, compreendendo a estatística como instrumento de pesquisa educacional.	<p><u>Bibliografia Básica:</u> BUSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MILONE, Giuseppe. Estatística: geral e aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2009. COSTA, Sérgio Francisco. Introdução ilustrada à Estatística. Ilustrações de Maria Paula Santo, Kika e Kanton. 4ª ed. São Paulo: Harbra, 2005. VIEIRA, Sônia; WADA, Ronaldo. O que é Estatística? São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção primeiros passos 195). ARA, Amilton Braio; MUSSETI, Ana Villares; SCHINEIDERMAN, Boris. Introdução à Estatística. São Paulo: Edgar Blucher: Instituto Mauá de Tecnologia, 2003.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> - CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. - LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. 7ª ed reimpressa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. - BELLO, Pedro. Estatística básica para concursos. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2005.</p>
Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação	Estudo das tendências teórico-metodológicas da Sociologia, analisando a relação entre educação e a dinâmica da sociedade no Brasil,	<p><u>Bibliografia Básica:</u> ANTUNES, Ricardo. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2001. BERGER, Peter; LUCKMANN. <i>A Construção Social da Realidade</i>. Petrópolis: Vozes, 1985. CHINOY, Ely. Sociedade. Uma introdução à Sociologia. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora</p>
	perpassando as interações Educação-Estado-Movimentos Sociais. Introdução aos estudos Antropológicos da Educação, suas relações com a sociedade, suas dimensões étnico-raciais e culturais, acompanhando as tendências teórico-metodológicas contemporâneas.	<p>Cutrix, 1961. COSTA, Cristina. Sociologia: <i>introdução à ciência da sociedade</i>. 3ª Ed- São Paulo: Moderna, 2007. DURKHEIM, Émile – “Educação e Sociologia”. São Paulo, Melhoramentos, FENAME: 1984. GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução Sandra Regina Netz 4ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. LAKATOS, Eva Maria – “Sociologia Geral”. São Paulo, Atlas: 1985. MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes, 2001.</p>
Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Reflexão teórico-crítica da Psicologia, segundo as novas teorias, considerando a natureza multidimensional do ser humano e as concepções da Psicologia da Educação na complexidade contemporânea.	<p><u>Bibliografia Básica:</u> ARAÚJO, Ulisses F. Conto de escola: a vergonha como um regulador moral. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. DUARTE, Newton. Vigotski e o "Aprender a Aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. KUPFER, Maria Cristina Machado; FREUD, Sigmund. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995. LANE, Silvia Maurer. (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. MILHOLLAN, Frank; FORISHA, Bill E. Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação. 8. ed. São Paulo: Summus, 1978.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BOSSA, Nadia, A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes médicas, 1994. CARRARA, Kester. (org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. LIBÂNEO, J. C. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p>

Projeto Integrador II	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.	DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERÍODO.
-----------------------	--	--

4º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Alfabetização e Letramento	Abordagem das recentes concepções de alfabetização e letramento, articulando ensino, desenvolvimento e aprendizagem, e considerando seus efeitos sobre as práticas discursivas em contextos familiares e em contextos escolares envolvendo alunos de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.	<p><u>Bibliografia Básica:</u> CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1989 FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez/Editores Autores Associados, 1985. FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. 3.ed. São Paulo: Ática, 1988. MORATI, Maria do Rosário Longo. Educação e letramento. São Paulo: UNESP, SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica, 1998.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> KLEIMAN, Ângela B. (org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.</p>
Fundamentos da Educação Infantil	Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo, considerando propostas e experiências pedagógicas reconhecidas no âmbito local, nacional e internacional	<p><u>Bibliografia Básica:</u> ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. FARIA, A. L. G. de Educação Pré-Escolar e Cultura. São Paulo: Cortez, 2002. HOHMANN, M.; WEIKART, D. Educar a criança. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. KUHLMANN Jr., M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2011. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M. Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> FARIA, A. L. G. de. Educação Pré-Escolar e Cultura. São Paulo: Cortez, 1999. HADDAD, L. A creche em busca de identidade. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. OLIVEIRA, Z.M.R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.</p>

Didática	Estudo da prática pedagógica vigente, considerando a evolução histórica da didática, a perspectiva sócio-histórica das concepções teórico-metodológicas presentes em nosso ideário pedagógico e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista uma intervenção na realidade educativa no estado e no município.	<p><u>Bibliografia Básica:</u> COMENIUS, A. Didática Magna. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FARIAS, I. M. S. de; et. al. Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livros, 2009. HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério do 2º Grau – Série Formação de Professor) TOSI, M. R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas SP: Alínea Editora, 2001.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> CHARLOT, B. Relação com o saber, Formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005. ROSA, D.; GONÇALVES, E & SOUZA, V. C. (Orgs.). Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. XI ENDIPE, Rio de Janeiro: DP&A, 2002. VEIGA, I. P. ALENCASTRO, J. (Org.). Repensando a didática. 20ª ed., Campinas-SP: Papyrus, 2003.</p>
Currículo	Estudo histórico-crítico dos princípios e concepções do currículo, segundo as novas teorias e as normas legais vigentes na Escola da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	<p><u>Bibliografia Básica</u> GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.) Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios. Cortez: São Paulo, 2003. MACEDO, E. F. de. (org.). Currículo: debates contemporâneos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. MOREIRA, A. F. B. (org.) Currículo, cultura e sociedade. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. ZOTTI, S. A. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados. Brasília: Editora Plano, 2004.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> COLL, César. Psicologia e Currículo – uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Tradução de Cláudia Schilling. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2003. SACRISTAN, G. J. O currículo. Uma reflexão sobre a prática. 3 ed., Porto Alegre: ArtMed, 1996. SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>
Avaliação Educacional	Estudo das teorias e práticas da avaliação educacional a partir dos paradigmas interacionistas da sociedade e da ação pedagógica, construindo novas abordagens e novos procedimentos do ato de avaliar.	<p><u>Bibliografia Básica</u> ESTEBAN, M. T. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. HAYDT, R. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994. HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre, Mediação, 1998. ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p>
		<p>GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995. LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez Editora. 1997. SOUZA, A. M. Dimensões de Avaliação Educacional. São Paulo: Vozes, 2005.</p>

Educação Especial	<p>Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u> COLL et. al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feurstein. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. FONSECA, V. Uma introdução às dificuldades de aprendizagem. Lisboa: Editorial Notícias: 1984. IDE, S. M. Leitura e escrita e deficiência mental. São Paulo, Memnon: 1994. Salto para o Futuro: educação especial.: tendências atuais. Secretaria de Educação à distância. Brasília: Ministério de Educação, SEED: 1999.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> FREITAS, Soraia Napoleão (Org.). Educação e Altas Habilidades/ Superdotação: A Ousadia de Rever Conceitos e Práticas. SANTA MARIA: UFSM, 2006. 50 MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MORAES, Salete Campos de. Educação Especial na Eja: Contemplando a Diversidade. PORTO ALEGRE, RS - BRASIL: Secretaria Municipal de Educação, 2007.</p>
Trabalho e Educação	<p>Estudo da categoria Trabalho e sua relação com a gênese e função social da educação, perpassando a análise sócio-histórica nas políticas e práticas da relação trabalho e educação e seus reflexos na profissão docente.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u> BERTOLDO, Edna. Trabalho e educação no Brasil - da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009. HYPOLITO, Alvaro Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997. MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa; BERTOLDO, Maria Edna de Lima (org.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: EDUFAL; PPGE/CEDU, 2005. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BERTOLDO, Edna. Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009. CATTANI, Antônio David (org). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.</p>
		<p>RAMOS, Marise Nogueira. A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.</p>
Projeto Integrador III	<p>Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.</p>	<p>DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERÍODO.</p>

5º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem.	Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento de ensino, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.	<p><u>Bibliografia Básica</u> LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2009. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores associados, 2012. SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005..</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> MORAES, Mª Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP:</p>
		Papyrus, 1997. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado . Tradução Cláudia Shilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998. SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória . São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.
Arte Educação	Conceito e importância das linguagens artísticas no fenômeno da Educação como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e a educação estética no processo interdisciplinar e transdisciplinar do ensino-aprendizagem permeado pelas linguagens artísticas.	<p><u>Bibliografia Básica</u> BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1978. BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no Ensino da Arte. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1991. BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. SP: Summus, 1984. BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo, Ática, 1985. CALABRESE, Omar. A Linguagem da Arte. ed. Globo. Rio de Janeiro. 1985.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> FERREIRA, P. N. O espírito das coisas: desenho, assemblagens e brincadeiras na educação infantil. Maceió: EDUFAL, 2013. FISCHER, E. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. GARDNER, Howard. As Artes e o Desenvolvimento Humano: um estudo psicológico artístico. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.</p>

Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação	Estudo da importância das tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação: potencialidades pedagógicas e desafios de sua aplicação nos espaços de aprendizagem presencial e à distância.	<p><u>Bibliografia Básica</u> APARICI, Roberto (Org.). Conectados no ciberespaço. São Paulo: Paulinas, 2012. BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastiã (orgs). Computadores em sala de aula: métodos e usos. Porto Alegre: Penso, 2012. MORAN, Jose Manoel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcisio); BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006. PRATA, Carmem Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina Aun de Azevedo. Objetos de aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC, SEED, 2007. SILVA, Marco. Sala de aula interativa: educação, comunicação, mídia clássica, internet, tecnologias digitais, arte, mercado, sociedade, cidadania. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ALMEIDA, Maria E.; VALENTE, José A. Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011. LACERDA, Gilberto L.; BRAGA, Camila B. Tablets, laptops, computadores e crianças pequenas: novas linguagens, velhas situações na Educação Infantil. Brasília: Liber, 2012. SOARES, Eliana M.; PETARNELLA, Leandro (orgs.). Cotidiano escolar e tecnologias: tendências e</p>
Educação e Meio-Ambiente	Estudo da dinâmica histórica da relação sociedade e natureza, compreendendo as tendências recentes do movimento ambientalista, no bojo dos movimentos sociais, das teorias e das políticas ambientais, perpassando a dimensão ambiental da educação, suas concepções, diretrizes e ações formadoras da responsabilidade ética dos sujeitos coletivos na gestão ambiental.	<p>perspectivas. Campinas: Alínea, 2012</p> <p><u>Bibliografia Básica</u> BARCELOS, V. Educação Ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BOFF, L. A opção Terra: a solução para a Terra não caiu do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009. GUATARRI, F. As três ecologias. 20ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009. RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. SEABRA, G. (Org.) Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, HUCITE: 1994. MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Práxis) QUINTAS, José da Silva. A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Brasília: IBAMA, 1995.</p>
Projeto Integrador IV	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.	DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERIODO.

6º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Jogos, Recreação e Brincadeiras.	O jogo e as brincadeiras do ponto de vista da antropologia e da psicologia como conhecimento e procedimento de cuidar, educar e ensinar, considerando-se os princípios sócio-educativos do jogar e brincar.	<p><u>Bibliografia Básica</u> BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1997. BROUGÈRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. CHATEAU, J. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987. HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980. PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.</p> <p style="text-align: center;">53</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BENJAMIN, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. São Paulo: Cortez, 2002. ROSAMILHA, N. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979.</p>
Saberes e Metodologias da Educação Infantil I	Estudo e organização dos saberes e procedimentos da Educação Infantil, com foco na identidade e na construção do autoconhecimento e do mundo, nas relações corpo e movimento, natureza e sociedade, brincadeira e linguagens expressivas, reconhecendo seu caráter interdependente e transdisciplinar e as especificidades das diferentes faixas etárias.	<p><u>Bibliografia Básica</u> BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. CRAIDY, C. KAERCHER, G. E. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre, Artmed, 2001. EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. HOHMANN, M. & WEIKART, D.P. Educar a Criança (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. MOLL, Jaqueline. (Org.). Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2004.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. & REZENDE E DUSARI, Maria F. de. Metodologia do Ensino da Arte, São Paulo, Cortez, 1993. OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2010. SMOLE, K. C. S. A Matemática na Educação Infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.</p>
Pesquisa Educacional	Estudo das diferentes abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as	<p><u>Bibliografia Básica</u> ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.</p>
	fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional visando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.	<p>FAZENDA, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. FAZENDA, I. Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2007. GAMBOA, Silvio Sánchez (Org.). Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007. GATTI, B. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2007.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995. CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 1995.</p>

Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I	Aprofundamento teórico-metodológico da leitura e da produção de gêneros textuais literários e não-literários, considerando a diversidade lingüística, nos diversos usos da prática social, perpassando a análise de material didático produzido e documentos oficiais que orientam o trabalho com a Língua Portuguesa.	<p><u>Bibliografia Básica</u> BATISTA, Antônio Augusto Gomes & VAL, Maria da Graça Costa (orgs.) Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2004. CORACINI, Maria José (org.) Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. Campinas: Pontes, 1999. DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora. O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001. LEAL, T. F. A; MORAIS, A G. A argumentação em textos escritos: a criança e a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2003. ROJO, Roxane. H. R. & BATISTA, Augusto G. Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras/EDUC, 2004.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ANDRADE, Ludimila Tomé de. Perspectiva discursiva da escrita e da leitura dos professores. In. ANDRADE Ludimila Tomé de. Professores –Leitores e sua formação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. ANTUNES, Irlandé. Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábolas, 2003.</p> <p>RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. MENDES, Angelita Darela. GODOY, Dalva Maria Alves. A linguagem oral e a linguagem escrita. Caderno Pedagógico IC. Curso de Pedagogia a Distância – UDESC – Fpolis, 2002.</p>
Projeto Integrador V	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a	DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERÍODO.
	partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.	

<p>Estágio Supervisionado I</p>	<p>Observação e análise de instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u> BAMBINI, Eliane et al. O Coordenador pedagógico e a formação docente. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000. BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. PERRENOUD, P. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. PIMENTA, S. G.; SOCORRO, M. L. Estágio e docência. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Docência em formação. Série Saberes Pedagógicos). ROSSI, V. L. S. Gestão do projeto político pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004. VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12ª ed. São Paulo: Libertad, 2009.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M.; BIACHI, R. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2005. PICONEZ, Stela C. Bertholo. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. 12ªed. São Paulo: Papirus, 2002. VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2000.</p>
---------------------------------	---	--

7º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
<p>Saberes e Metodologias da Educação Infantil II</p>	<p>Estudo da prática da Educação Infantil, focalizando sua dinâmica e organização do planejamento e avaliação, considerando as interações espaço-tempo, criança-criança, escola-família, corpo-movimento, natureza-sociedade, brincadeiras-linguagens expressivas, reconhecendo seu caráter interdependente e transdisciplinar e as especificidades das diferentes faixas etárias, gênero e cultura.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u> BUITONI, Dulcilia Schroeder. De volta ao quintal mágico. GANDINI, Lella e Carolyn Edwards. : a educação infantil na Te-Arte. São Paulo: Agora, 2006. BARBOSA, M.C.S. Por amor e por força: rotinas da educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. GALVÃO, Isabel. Cenas do Cotidiano Escolar: conflito sim, violência não. Petrópolis: Vozes, 2004 OSTETTO, Luciana Esmeralda. Encontros e encantamentos na educação infantil. Campinas: Papirus, 2000. ROSSETTI-FERREIRA et al. Os fazeres na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> ANGOTTI, M. O trabalho docente na pré-escola. São Paulo, Pioneira, 1994. EDWARDS, C., GANDINI, L e FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. SILVA, I. O. Educação Infantil no coração da cidade. São Paulo: Cortez, 2008.</p>

Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II	Aprofundamento teórico-metodológico de aspectos relacionados à oralidade e conhecimentos lingüísticos (gramática, ortografia, pontuação), voltados às situações de ensino e aprendizagem e aos materiais didáticos de língua portuguesa.	<u>Bibliografia Básica</u> BEZERRA, M. A.; DIONISIO, A. P. (orgs). O livro didático de Português: múltiplos olhares . Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. GERALDI, J. W. et al. O texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 1999. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . 6ª ed. São Paulo: Ática, 2004. MORAIS, Artur G. de. (org.) O aprendizado da ortografia . Belo Horizonte, Autêntica, 2002. WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem . São Paulo: Ática, 2000. <u>Bibliografia Complementar</u> CAGLIARI, Gladis Massini; CAGLIARI, Luiz Carlos. Diante das Letras: A Escrita na Alfabetização . Campinas, SP: Mercado de letras, 1999. JOLIBERT, Josette et al. Formando crianças produtivas de textos . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. SILVA, Ezequiel Theodoro. A produção da leitura na escola: pesquisas e propostas . São Paulo: Ática, 1995.
Educação de Jovens e Adultos	Estudo da evolução histórica da educação de jovens e adultos e seus movimentos no contexto social,	<u>Bibliografia Básica</u> FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia . Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.
	econômico, político e cultural brasileiro, analisando políticas e programas de atendimento escolar aos adultos e jovens e adultos na educação básica e profissional: e das concepções teórico-metodológicas que fundamentaram / fundamentam a Educação e a escolarização de adultos e de jovens e adultos.	FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática Pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky . Maceió: EDUFAL/INEP, 1999. MOURA, Tânia. (org) A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão . Maceió: EDUFAL, 2005. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos . São Paulo: Loyola 1998. <u>Bibliografia Complementar</u> FREIRE, Paulo. A importância do Ato de ler: em três artigos que se completam . São Paulo. Cortez, 2011. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem . Caxambú. Revista Brasileira de Educação, Nº 12, 1999. FREITAS, Marina de Lima de Queiroz; COSTA, Ana Maria Bastos. Proposta de formação de Alfabetizadores em EJA: referenciais teórico-metodológicos . Maceió: MEC/UFAL, 2007.
Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	Observação e análise crítica da prática docente na Educação Infantil na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.	<u>Bibliografia Básica</u> ANJOS, Cleriston Izidro dos. Estágio na licenciatura em Pedagogia . 3. Arte na educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012. (Série Estágios); HOHMANN, M.; WEIKART, D. Educar a criança . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. LOPES, Amanda Cristina Targino. Educação Infantil e Registro de Práticas . São Paulo, Cortez, 2009. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org). Encontros e Encantamentos na Educação Infantil . Papirus, 2009. ROSSETTI-FERREIRA et al. Os fazeres na Educação Infantil . São Paulo: Cortez, 1998. <u>Bibliografia Complementar</u> CORSARO, W. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com Willian Corsaro . São Paulo: Cortez, 2009. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação . São Paulo: Cortez, 2002. SMOLE, K. C. S. A Matemática na Educação Infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Projeto Integrador VI	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.	DE ACORDO COM AS DISCIPLINAS DO PERÍODO.
-----------------------	--	--

8º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I	Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas.	<p><u>Bibliografia Básica</u> ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e aprendizagem em educação matemática. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. São Paulo: Summus; Campinas: Editora UNICAMP, 1986 LORENZATO, Sérgio. O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 2ª ed – rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. POLYA, G.. A arte de resolver problemas, Princeton/EUA: Princeton University Press:1973. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba: IBPEX, 2008.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> CARVALHO, Mercedes; BAIRRAL, Marcelo Almeida. Matemática e Educação Infantil: investigações e possibilidades de práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. HUETE, Juan Carlos Sánchez; BRAVO, José A. Fernández. O ensino da Matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006. SILVEIRA, Everaldo; MIOLA, Rudinei José. Professor pesquisador em Educação Matemática. Curitiba: IbpeX, 2008.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais I	Estudo das bases teóricas que norteiam o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relacionando-o à	<p><u>Bibliografia Básica</u> DELIZOICOV, J. A. A.; PERNAMBUCO, M. M.; ANGOTTI, J. A. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação). FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.</p>

	prática pedagógica e aos instrumentos legais – LDB, DCN, ECA, RECNEI, no âmbito nacional, estadual e municipal.	<p>KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. Ensino de ciências e cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2007. (Cotidiano escolar: ação docente).</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).</p> <p>POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p style="text-align: center;">58</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>CACHAPUZ, A et al.(orgs). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CARVALHO, A. M.; GIL PÊRES, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>MENEZES, L. (org). Formação continuada de professores de Ciências. Campinas: Autores Associados, 1996.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia I	Estudo dos processos sócio-cognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico.	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et all (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros- seção Porto Alegre, 1999.</p> <p>NASCIMENTO, Alvacy L. A evolução do conhecimento geográfico. Maceió, EDUFAL,2003.</p> <p>OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo, Contexto, 1998.</p> <p>PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor.)</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo, Contexto, 1998.</p> <p>PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel. A Representação do Espaço na Criança. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.</p> <p>SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado, HUCITEC, São Paulo, 1997.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de História I	Estudo crítico-analítico dos saberes históricos necessários à formação e prática docente, perpassando o processo de construção do conhecimento científico e escolar e das propostas curriculares oficiais para o ensino da História.	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>BITTENCOURT, C.M. Fernandes. Ensino de história: Fundamentos e Métodos. Cortez, São Paulo, 2005. Série Docência em Formação.</p> <p>CHERVEL, A. “As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa”. In Teoria & Educação, n. 2, , 1990.</p> <p>CHESNEAUX, J. Devemos fazer tabula rasa do passado? sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A.da Silva. São Paulo, Ática, 1995.</p> <p>FONSECA, Selva G. Caminhos da História ensinada. 3a ed. Campinas, Papirus, 1995.</p> <p>NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História. Campinas, Papirus, 1996.</p>

		<u>Bibliografia Complementar</u> FONSECA, Selva G. Caminhos da História ensinada . 3a ed. Campinas, Papirus, 1995. NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História . Campinas, Papirus, 1996. PINSKY, Jaime (org.) O Ensino de história e a criação do fato . 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994 -(Coleção Repensando o ensino).
Estágio Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Observação e análise crítica da prática docente na Educação de Jovens a Adultos, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.	<u>Bibliografia Básica</u> FAZENDA, Ivani. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 1991. FREIRE, Paulo Pedagogia da Autonomia . Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos . São Paulo: Loyola 1998. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade e teoria prática? 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Projetos Integradores 7	Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.	<u>Bibliografia Básica</u> FAZENDA, Ivani. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 1991. FREIRE, Paulo Pedagogia da Autonomia . Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade e teoria prática? 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática . Curitiba: IBPEX, 2008.

9º PERÍODO

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II	Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas.	<u>Bibliografia Básica</u> CARRAHER, T. CARRAHER, D. & SCHLIEMAN, A. Na vida dez na escola zero . 10ª Ed. São Paulo: Cortez. 1995. CARVALHO, Dione Luckesi de. 1990. Metodologia do ensino da Matemática . São Paulo: Cortez. MACHADO, Nilson José. Polígonos, centopéias e outros bichos . 9. ed. São Paulo: Scipione, 2000. PAIS, LUIS CARLOS. Didática da Matemática: uma análise da influência francesa – Belo Horizonte, Autêntica. 2001. PONTE, João Pedro. Brocardo, J. Oliveira, H. Investigações Matemáticas na sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

		<p><u>Bibliografia Complementar</u> SADOVSKY, Patrícia. O ensino de matemática hoje: enfoques, sentidos e desafios. São Paulo: Ática, 2010. NUNES, Terezinha; CAMPOS, Tânia Maria Mendonça; MAGINA, Sandra; BRYANT, Peter. Educação Matemática 1: números e operações numéricas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. CARVALHO, Mercedes. Números: conceitos e atividades para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de História II	Estudo dos conceitos fundamentais e dos procedimentos didático metodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos perpassando a reflexão sobre a produção didática existentes com enfoque na produção do livro didático de História no Brasil.	<p style="text-align: center;">60</p> <p><u>Bibliografia Básica</u> BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber Histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997. DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Cortez, São Paulo, 2003. MENDONÇA, Nadir Rodrigues. O uso de conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis, Vozes, 1994. PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor.)</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P. & DIEHL, Astor Antônio. O livro didático e o currículo de história em transição. Passo Fundo, Ediupf, 1999. CARRETERO, Mario. Construir e Ensinar. As Ciências Sociais e a História. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II	Estudo do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do ensino Fundamental e suas modalidades, com orientações didático-metodológicas relacionando-os ao exercício consciente da cidadania.	<p><u>Bibliografia Básica</u> CASTILHO, C. F. Um novo olhar sobre a educação: a arte como agente integrador e mediador da relação ensino aprendizagem. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009. LABURU, C.; ARRUDA, S. M.; NARDI, R. Pluralismo metodológico no Ensino de Ciências. Ciência e Educação, v.9, n.2, 2006. MONTEIRO, M.A.A. TEIXEIRA, O.P. Uma análise das interações dialógicas em aulas de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental. Investigações em Ensino de Ciências, v.9, n.3, 2004. MORTIMER, E.F.; SCOTT, P. Atividade discursiva nas salas de aula de ciências: uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino. Investigações em Ensino de Ciências, v.7, n.3, 2005. SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> DÍAZ, A. P. Educação Ambiental como Projeto (Trad. Fátima Murad), 2ª. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>

		HARLAN, J.D.; RIVKIN, M. S. Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002. WEISSMANN, H. Didática das Ciências Naturais. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II	Estudo de procedimentos e recursos específicos para o ensino de geografia que assegurem ao professor fundamentos necessários para sua prática docente no planejamento e execução de atividades relacionadas ao ensino de geografia que possibilitem a articulação teoria-prática.	<u>Bibliografia Básica</u> ALMEIDA, Rosângela D. & PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação. São Paulo, Contexto, 1994. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia, Ed. Alternativa, 2002. HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5ª. ed. Porto Alegre, ARTMED, 1998. MORAN, José Manuel et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, Papirus, 2006. PASSINI, Yasuko Passini. Alfabetização Cartográfica. Belo Horizonte, Editora Lê, 1998. <u>Bibliografia Complementar</u> HICKMANN, Roseli Inês. Estudos Sociais – Outros saberes e outros sabores. Porto Alegre, Mediação, 2002. GUIMARÃES, Márcia Noêmia. Os diferentes tempos e espaço do homem: Atividades de geografia e de história para o ensino fundamental. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2006.
Estágio Supervisionado IV – Ensino Fundamental	Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.	<u>Bibliografia Básica</u> BARREIRO, I. M. de F; GEBRAN, R. A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do futuro – cidadania hoje e amanhã. 7ª. ed. São Paulo: Ática, 1999. FAZENDA, I. C. A. (Org.). A academia vai à escola. Campinas, SP: Papirus, 1995. KRAMER, Sonia (org). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005. MORAES, G. L. de. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: projetos de leitura e escrita nos anos iniciais. Maceió, AL: EDUFAL; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. <u>Bibliografia Complementar</u> LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004. PIMENTA, Selma G. O Estágio na Formação de Professores, unidade Teoria e Prática? 7ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006 VASCONCELLOS, Celso. Construção do Conhecimento em sala de aula. SP: Libertad, 2002

Disciplinas Eletivas

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA
Educação e Movimentos Sociais	Movimentos sociais e a reconfiguração das esferas sociais na modernidade contemporânea, perpassando a dimensão educativa dos movimentos sociais e sua contribuição na formulação e implementação de políticas sociais.	<p><u>Bibliografia Básica</u> ARROYO, M.G. Escola e Movimento social: revitalizando a escola. São Paulo: Cortez, 1987. GOHN, M^a da G. GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. SP: Edições Loyola, 1997. MÉSZARÓS, István. Para além do capital: em direção a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. MÉSZARÓS, István. O Poder da ideologia. SP: Voitempo, 2012. MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela terra. SP: Expressão Popular, 2001. SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (orgs.). Educação popular e movimentos sociais. João Pessoa, Paraíba: EFPB, 2006.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas, São Paulo: UNICAMPO, 2008. COUTINHO, Adelaide Ferreira. Políticas educacionais e ONGs. São Luís, Maranhão: EDUFMA, 2008. DRAIBE, Sônia M. A Política Social na América Latina: O Que Ensinam as Experiências das Reformas? In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio (orgs.). Reforma do Estado e Democracia no Brasil. Brasília: UnB. 1997.</p>
Introdução à Educação a Distância	Estudo da legislação, importância, perspectivas, dificuldades desafios na prática educativa, na modalidade à distância. Interatividade na aprendizagem e na formação de professores nos diferentes ambientes virtuais.	<p><u>Bibliografia Básica</u> COLL, César; MONEREO, Carles. (e colaboradores). Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a Distância: o estado da arte. 2^a. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a Distância: o estado da arte (volume 2). 2^a. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010. SILVA, Marco (org.). Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2006.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u> CARLINI, Alba L.; TARCIA, Rita M. 20% a distância e agora? Orientações práticas para o uso de tecnologia</p>

		<p>de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.</p> <p>MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R; OLIVEIRA, Marcia R. (orgs). Polidocencia na educação a distância: múltiplos enfoques. São Carlos: Edufscar, 2010.</p> <p>TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Senac, 2010.</p>
Educação do Campo	<p>Estudo da dinâmica histórica da educação do campo brasileiro segundo as novas proposições político-educacionais e legais para o desenvolvimento sustentável do território do campo, por novos desenhos curriculares.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>BRASIL/MEC/SECADI. Diretrizes curriculares para educação básica do campo. Resol. N° 03/2003.</p> <p>CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>SANTOS, Clarice Aparecida (org.). Por uma educação do campo. Campo – políticas Públicas – Educação. Col. n. 07. Brasília: INCRA/MDA, 2008.</p> <p>TERRIEN, J. & DAMASCENO M. N. (Coords) Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 2003 (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).</p> <p>WILLIAMS, R. Campo e cidade na História e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense. 1981.</p> <p>TERRIEN, J. & DAMASCENO M. N. (Coords) Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 2003 (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).</p> <p>WILLIAMS, R. Campo e cidade na História e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.</p>
Educação e Gênero	<p>Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª edição. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da UNICAMP: 1955</p> <p>BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas. São Paulo. Editora Icone. 2007.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação).</p> <p>HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.</p> <p>SOUZA, Érica Renata. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p>

		<p>HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002..</p> <p>SOUZA, Érica Renata. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.</p> <p>VIANA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002.</p>
Educação e Diversidade Étnico-Racial	<p>Estudo da formação sociocultural da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade alagoana, perpassando a instituição escolar enquanto espaço de relações étnico-raciais em permanente socialização e a reconceitualização.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.</p> <p>BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas de. O Programa Diversidade e a construção de uma política educacional anti-racista. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.</p> <p>GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (Orgs.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>MATOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. SP: Contexto, 2011.</p> <p>QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). Raça e diversidade São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>DAVIS, Darien J. Agro-brasileiros hoje. São Paulo, Selo Negro, 2000..</p> <p>MEC-SECADI/UNESCO. O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista. Brasília, DF: MEC-SECADI/UNESCO, 2006.</p> <p>REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Escravidão. Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, V. 26, n.52, jul-dez, 2006.</p>
Tópicos de História da Educação em Alagoas.	<p>Estudo sobre a trajetória da educação em Alagoas, do Império à República com enfoque nas políticas públicas, na legislação educacional, nas ideias e teorias pedagógicas (e na expressão dessas através dos recursos didáticos: obras didáticas e métodos de ensino), na biografia de educadores alagoanos, nas instituições educacionais públicas, particulares e filantrópicas e na educação superior.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>ALMEIDA, Luiz Sávio de. SILVA, Amaro Hélio Leite da. (Orgs) Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Vol XI Índios do Nordeste. Maceió, Alagoas: EdUFAL, 2009.</p> <p>CAETANO, Antônio Filipe Pereira (Org.) Alagoas Colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando Administrações. (Séculos XVII-XVIII). EDUFPE, 2012.</p> <p>COSTA, Craveiro. Instrução pública e instituições culturais de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.</p> <p>VERÇOSA, Elcio de Gusmão (orgs). Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais. Maceió, Edições Catavento, 2001.</p> <p>VERÇOSA, Elcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 3ªed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p>

		SILVA, Elza Maria da. A Educação Infantil em Alagoas: (re) construindo suas raízes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Maceió: UFAL, 2003. mimeo. VERÇOSA, Élcio de Gusmão (orgs). Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais. Maceió, Edições Catavento, 2001.
Educação e Economia	A relação entre educação e economia, sobretudo na sociedade capitalista. Análise dos princípios da economia e os reflexos na educação.	<u>Bibliografia Básica</u> CARNOY, Martim. Educação, Economia e Estado . São Paulo: Cortez, 1990. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva . 3.ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. _____. Educação e a crise do capitalismo real . 4.a ed. São Paulo: Cortez, 2000. NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica . 2a ed. São Paulo: Cortez. 2007. SINGER, Paul, Curso de Introdução à Economia Política . 17a ed. São Paulo: Editora Forense, 2002.
Literatura Infantil	Leitura e análise de obras da literatura infanto-juvenil voltadas para a ação e papel do professor como leitor para/com seus alunos, visando o tratamento didático que considere o lúdico, a literatura de tradição oral e a formação do gosto literário, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.	<u>Bibliografia Básica</u> ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. BETLELHEIM, Bruno. Psicanálise dos Contos de Fadas . Tradução de Arlene Caetano 16a Edição - PAZ E TERRA – 2002 EVANGELISTA, Aracy Alves M.; BRANDÃO, Heliana Maria B.&VERSIANI, Z. (Orgs.) A Escolarização da Leitura Literária : o jogo do livro infantil e juvenil. BH: Ceale; Autêntica, 2005. LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira : histórias e histórias.4 ed. São Paulo: Ática, 1988. ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira . São Paulo: Â Objetiva, 2005. <u>Bibliografia Complementar</u> ABRAMOVICH, Fanny. Meu Professor Inesquecível : ensinamentos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores. São Paulo: Gente, 1997. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana : Danças, Piruetas e Mascaradas. BH: Autêntica, 2003. SERRA, Elisabeth Ângelo. 30 Anos de Literatura para Crianças e Jovens. Cps, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.
Leitura e produção textual em Língua Portuguesa	Estudo, reflexão e exercício prático da leitura e da escrita na perspectiva da noção de gêneros textuais e da leitura estratégica, considerando aspectos da textualização e da gramática funcional necessários à compreensão e elaboração de textos escritos.	<u>Bibliografia Básica</u> FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. KLEIMAN, Ângela B. Oficina de Leitura . Campinas, SP: Pontes, 2002. MARCUSCHI, Luis Antônio. Da fala para a escrita – atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Modelos teóricos e estratégias de leitura . Maceió: EDUFAL, 2005. VILELA, Mário & KOCH, Ingedore V. Gramática da Língua Portuguesa . Coimbra: Livraria Almedina, 2001. <u>Bibliografia Complementar</u>

		<p>GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo. Ática, 1997.</p> <p>RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. Leitura na Escola: espaço para gostar de ler. Porto Alegre. Mediação, 2009.</p> <p>SILVA, Ezequiel T. da. Elementos de Pedagogia da leitura. São Paulo. Martins Fontes, 1998.</p>
Organização e Gestão dos Processos Educativos	<p>Estudo dos fundamentos, princípios e mecanismos da gestão educacional em todos os níveis, das relações escola-comunidade e sistemas de ensino e da organização dos processos educativos escolares e não escolares.</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>HORA, D. L. da. Gestão Educacional Democrática. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. (Coleção Educação em Debate).</p> <p>LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L.P. de (Orgs.). Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.</p> <p>LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 7ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.</p> <p>SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).</p> <p>VIEIRA, S. L. Educação básica: política e gestão da escola. Fortaleza: Liber Livro, 2008. (Coleção formar).</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>GADOTTI, M. Organização do Trabalho na Escola. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>NÓVOA, A. As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.</p> <p>PADILHA, P. R. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo, Cortez. Instituto Paulo Freire, 2002.</p>
Corporeidade e Movimento	<p>Estudo teórico-prático do fenômeno da corporeidade e a experiência fenomenológica do corpo em movimento a partir da experiência vivida compreendendo o corpo como modo de ser no mundo</p>	<p><u>Bibliografia Básica</u></p> <p>ASSMANN, H. Paradigmas educacionais e corporeidade. Piracicaba: Unimep, 1995.</p> <p>GONÇALVES, M.A.S. Sentir, pensar, agir. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas, SP: editorial Psy II, 1995.</p> <p>MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p> <p>MONTAGU, A. Tocar o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1989.</p> <p>WEIL, Pierre, e TOMPAKOU, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação. Petrópolis, Vozes, 1990.</p> <p><u>Bibliografia Complementar</u></p> <p>FREITAS, Giovanina Gomes de. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade. Ijuí : Editora UNIJUI, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Vera Barros de. O símbolo e o brinquedo: a representação da vida. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1992.</p> <p>REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca! Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos de Educação Infantil) v.6.</p>

12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Conforme a lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, a resolução nº 71/2006 do CONSUNI (Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas), que disciplina os estágios curriculares nos cursos de graduação da UFAL, e a resolução CNE/CP nº 1, de 16 de maio de 2006, que traça as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia - Licenciatura; propõe-se a atual regulamentação de estágio curricular obrigatório para o curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, conforme aprovação no colegiado do Curso, em março de 2014.

60

A realização do estágio é um momento privilegiado que a academia proporciona aos alunos pela oportunidade de integrar conceitos teóricos e práticos construídos em sua formação, integrar-se socialmente e por vivenciar a prática docente, de acordo com a realidade local e/ou regional onde os agentes estão inseridos. Assim, as ações desenvolvidas tornam-se um importante instrumento de formação, tanto para futuro professor e/ou gestor educacional, quanto para os profissionais que acompanham e orientam a prática do estagiário na escola, gerando, portanto, um processo interativo entre escola, estagiário e universidade.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia a ser desenvolvido a partir do sexto período é um campo de conhecimento e espaço de formação docente que deverá ter como eixo a pesquisa da prática pedagógica, envolvendo a organização e gestão de processos educativos escolares.

Possui a duração de 400 horas distribuídas em: Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV.

O Estágio Supervisionado busca inserir o licenciando no campo específico de estágio a partir do conhecimento da realidade das áreas de atuação, que se inicia com os Projetos Integradores. Deve propiciar também a análise das teorias, técnicas e instrumentos para o exercício da docência nas etapas da Educação Básica que se configura como o campo de atuação do/a pedagogo/a face à realidade concreta e iniciar o/a licenciando/a no processo de intervenção na prática educativa de modo compatível com as condições teóricas de conhecimento e do campo, exercitando o comportamento ético-profissional.

12.1 Objetivos do Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional, Licenciado em Pedagogia:

- Desenvolver competências necessárias à atuação profissional na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Gestão Escolar;
- Realizar observação, registro e análise de situações em sala de aula e de gestão educacional;
- Participar efetivamente no trabalho pedagógico para a promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento, nos diversos níveis e modalidades de processos educativos;
- Desenvolver projetos de atividades educacionais e/ou de investigação, problematização, análise e reflexão teórica a partir de realidades vivenciadas.

12.2 Organização Curricular do Estágio Supervisionado

12.2.1 Estágio Supervisionado I (100 horas) – Gestão

Os licenciandos deverão realizar observação e análise crítica de instituições da educação escolar e não escolar na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.

12.2.2 Estágio Supervisionado II (100 horas) – Educação Infantil

Observação e análise crítica da prática docente em escola e ou Centros de Educação Infantil. Elaboração de projeto/planejamento da intervenção na escola. Aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na escola.

12.2.3 Estágio Supervisionado III (100 horas) – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Observação e análise crítica da prática docente na Educação de Jovens e Adultos. Elaboração de projeto/planejamento da intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.

12.2.4 Estágio Supervisionado IV (100 horas) - Ensino Fundamental I

Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental). Elaboração de projeto/planejamento da intervenção na escola. Aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na escola.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é um trabalho de pesquisa realizado individualmente em nível de Iniciação Científica, apresentado sob a forma de monografia, em consonância com as normas metodológicas das comunicações científicas, conforme o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigente, apoiado no Código de Ética e nas orientações do professor orientador. O TCC caracteriza-se como uma atividade curricular obrigatória para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e tem como objetivos: Estimular a produção científica dos acadêmicos, fomentar um processo de reflexão em torno da formação profissional vivenciada no curso de modo a compreender as diferentes situações presentes na prática profissional, e oportunizar aos acadêmicos a demonstração do grau de conhecimento adquirido e a capacidade de aprofundamento temático em sua área de formação.

Trata-se de um componente curricular obrigatório do Curso, com carga horária total de 120 horas. Todavia, o TCC não se constitui como disciplina, não tendo carga horária fixa semanal, conforme disposto na resolução CEPE nº. 25/2006. Ele é um trabalho de aprofundamento teórico ou teórico/prático, tendo como foco uma das áreas específicas da Pedagogia.

O aluno deverá, pois, integralizar o curso obedecendo aos critérios de avaliação estabelecidos pela legislação vigente e mediante a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, definido pelo aluno em paralelo ao desenvolvimento da disciplina Pesquisa Educacional, devendo ser concluído e entregue na metade do último semestre letivo de conclusão do Curso e apresentado em seminários temáticos organizados pelo Colegiado do curso para uma banca avaliadora, no final do referido semestre.

O trabalho é orientado pelos professores do curso, lotados na área de preferência do aluno, a partir da definição do trabalho.

14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACCs

São as atividades científicas, culturais e acadêmicas que, articuladas ao processo formativo do discente, enriquecem a sua formação como futuro professor. Estas atividades podem ser oferecidas pelos professores do curso de Pedagogia, por professores de outros cursos e por outras Instituições. São previstas 200 (duzentas) horas de atividades a serem cumpridas pelo discente, a partir do início de seu curso de graduação.

No intuito de imprimir dinamicidade à realização desse projeto político-pedagógico, os graduandos desenvolverão atividades nas seguintes instâncias e espaços acadêmicos, a saber:

1. Nos núcleos temáticos;
2. Nos programas de extensão;
3. Nos programas de iniciação científica;
4. Nos programas de monitoria;
5. Nos estágios não obrigatórios;
6. Na participação em eventos científicos e alternativas de caráter científico, político, cultural e artístico.

15. AVALIAÇÃO

O curso de Pedagogia fundamenta-se no sistema de avaliação e dinâmica curricular definidos pela UFAL. Desta forma, a sistemática de avaliação engloba duas dimensões principais: a Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e a Avaliação do processo de Ensino e Aprendizagem.

15.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia engloba as diversas modalidades de avaliação, em que todos os membros devem ser avaliadores e avaliados ao mesmo tempo. É que a avaliação institucional destina-se não apenas a avaliação das instituições (como escola e o sistema educacional), enquanto

instâncias prontas e acabadas, mas também à avaliação das políticas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Centra sua atenção nos processos, na relação e nas decisões, tanto quanto nos resultados das ações.

Isto posto, a avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia é importante para aferir o desenvolvimento adequado do curso, de acordo com os seus objetivos, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, visto que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações. Assim compreendida, a avaliação visa à transformação e ao aperfeiçoamento do referido curso, que deve ser instrumento e caminho na construção de um novo perfil profissional do Pedagogo, em consonância com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A avaliação institucional englobará o acompanhamento das ações indissociadas de ensino, pesquisa e extensão, no sentido do estímulo, promoção e divulgação da produção científica, artística e cultural docente e discente do curso. Essa dimensão será realizada também em integração com o ensino, a pesquisa e a extensão. Os setores de estudos são responsáveis, em conjunto com o Colegiado do Curso, por pensar os instrumentos de avaliação integrados para cada período avaliativo.

Os mecanismos utilizados na sistematização da avaliação do curso deverão permitir integrar as dimensões da avaliação institucional e da avaliação do desempenho acadêmico - ensino e aprendizagem - de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. São utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas debilidades, se existirem.

O Curso é avaliado não só pela comunidade acadêmica interna, mas também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições educacionais e, particularmente, com as que viabilizam os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino da graduação;
 2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho profissional;
 3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.
- A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional.

15.2. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada de acordo com as normas indicadas pela UFAL em seu Regimento Interno. Os procedimentos de Avaliação Bimestral, Reavaliação, Segunda Chamada e Prova Final são regidos por este documento, sendo a diversidade dos instrumentos avaliativos definidos pelo professor da disciplina. Os instrumentos avaliativos serão empregados em consonância com os princípios da avaliação formativa - como destaque em face da avaliação meramente somativa -, com ênfase na avaliação do processo de desenvolvimento da aprendizagem e não no produto final desta aprendizagem e com vistas a oferecer elementos para a melhoria da intervenção do docente e, conseqüentemente, para a formação do discente.

O Processo de Avaliação de Aprendizagem na Universidade Federal de Alagoas está regulamentado pelo Estatuto, conforme Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, no capítulo III, no Art. 35, no Parágrafo único – O Regimento Geral disporá sobre as formas de avaliação. O Regimento Geral da UFAL, seção III, Art. 41, que foi regulamentado pela Resolução nº 25/2005 – CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art.

11 definem que a Avaliação se dará nas seguintes modalidades:

- Avaliação Bimestral (AB):

A nota de cada AB será o resultado de mais de um instrumento de avaliação, envolvendo provas escritas e/ou práticas, além de outras opções como: provas orais, seminários, resumos, "*papers*", resenhas etc., a critério do professor. Em cada bimestre, o aluno que tiver perdido um ou mais de um dos instrumentos de avaliação previstos terá sua nota na AB específica através da média calculada do

total dos pontos obtidos pelo número de avaliações programadas e efetivada pela disciplina.

- Reavaliação

Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das duas ABs terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a nota da Reavaliação.

- Nota Final das Avaliações Bimestrais (NF)

Será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 2 (duas) ABs. Será considerado APROVADO, livre da Prova Final (PF), o aluno que alcançar NF igual ou superior a 7,00 (sete); e estará automaticamente REPROVADO o aluno cuja NF for inferior a 5,00 (cinco).

15.3. Autoavaliação do Curso

Ao final de cada semestre letivo está prevista a realização da autoavaliação do curso de Pedagogia Licenciatura, através da aplicação de instrumentos junto aos seus docentes e discentes. Esta avaliação é realizada através de formulário elaborado por comissão específica, definida pelo Colegiado do curso, a qual conta com o apoio de técnicos para a sua aplicação.

Após a aplicação dos formulários de avaliação, os dados deverão ser analisados quantitativamente, sob a supervisão da comissão instituída, e qualitativamente, em conjunto com o NDE do Curso.

Os resultados destas autoavaliações servirão de parâmetro para a definição de ações em prol da melhoria das condições de atuação dos docentes e discentes no curso, no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, à infraestrutura destinada ao curso, ao acesso e permanência na UFAL, ao currículo e aos demais aspectos pertinentes à formação dos discentes e às condições de trabalho dos docentes.

15.4. ENADE

Com base nas determinações contidas na Portaria Normativa N° 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação,

avaliação e supervisão da Educação Superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE - será aplicado periodicamente a todos os alunos dos cursos de graduação, conforme legislação definida pelo MEC, sob a responsabilidade do INEP.

15.5. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Com base nas determinações contidas na Portaria MEC Nº 147/2007, de 02 de fevereiro de 2007; no Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que trata dos princípios, criação e finalidade do Núcleo Docente Estruturante, além da Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências, o Colegiado do curso de Pedagogia possui o Núcleo Docente Estruturante (NDE), um órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do Curso, cuja finalidade não é apenas de implementar, acompanhar e atuar no processo de concepção, avaliação e atualização do projeto pedagógico do curso, mas também de desenvolver e consolidá-lo, para que assim seja construída a identidade do curso. As atribuições e os critérios de constituição do NDE são deliberadas por seus colegiados superiores, à luz das legislações pertinentes.

16. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES

Através do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), a UFAL/*Campus* de Arapiraca disponibiliza aos discentes políticas de assistência através de atendimentos com profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia, os quais acompanham, entre outros, aqueles que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. Também cabe ao NAE coordenar a distribuição das diferentes bolsas de auxílio estudantil oferecidas pela universidade, além de realizar outras ações pertinentes à qualidade da permanência dos discentes na universidade e no *campus*.

16.1. MONITORIA

O programa de monitoria é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD - e tem como objetivo principal possibilitar ao aluno o desenvolvimento de atividades de ensino/aprendizagem em determinada disciplina supervisionada por um professor orientador.

Entre seus objetivos específicos destacam-se:

- a) Assessorar o professor nas atividades docentes;
- b) Possibilitar a interação entre docentes e discentes;
- c) Proporcionar uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e sedimentação de seus conhecimentos;
- d) Desenvolvimento de habilidades didático/pedagógicas e uma visão crítica sobre a metodologia do ensino.

17. COLEGIADO DO CURSO

De acordo com os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, o Colegiado do curso de Pedagogia Licenciatura é constituído por 14 membros titulares e suplentes - docentes, discentes e técnicos -, e se configura como a instância máxima de decisão do curso.

Com vistas a realizar uma gestão baseada em preceitos cada vez democráticos e participativos, e considerando a natureza processual de tal direcionamento, o Colegiado do curso de Pedagogia da UFAL/*Campus* de Arapiraca - renovado a cada dois anos através de processo de consulta e permitida uma recondução de seus membros -, atua como órgão consultivo, deliberativo e mobilizador, em prol do acompanhamento das demandas pedagógicas e administrativas pertinentes ao curso e à sua comunidade.

Na atual gestão, compõem o Colegiado do curso de Pedagogia Licenciatura os seguintes membros:

Docentes Titulares:

- Profa. Livia Couto Guedes – Coordenadora do Curso
- Profa. Ana Carolina Faria Coutinho Gléria
- Prof. Luciano Accioly Lemos Moreira

- Prof. Raimundo Rodrigues de França Júnior
- Profa. Aline Soares Nomeriano
- Prof. Nágib José Mendes dos Santos

Docente Suplente:

- Profa. Maria Gorete Rodrigues de Amorim

Representantes dos Técnico-Administrativos:

- Adlany Kelyny Barbosa Freire (Titular)
- Marcius Antonio de Oliveira (Suplente)

Representantes dos Discentes:

- Ivânia Pereira Costa (Titular)
- Luana Priscila Marques Silva (Suplente)

18. REFERÊNCIAS

ADORNO, TH. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 169-85.

Lei nº 6.757/2006. **Plano Estadual de Educação – 2006/2015**. Maceió: 2006.

ALMEIDA PRADO, Adriana R. de. **Ambientes Acessíveis**. 1997. Disponível em: <http://www.entreamigos.com.br/textos/acessibi/ambaccess.htm>. Acesso em: 20.ago.2007.

ANFOPE. Documento. Campinas: 1998. ANFOPE. X Encontro Nacional. Brasília: 2000.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL/MEC/SECAD. **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política anti-racista**. BRAGA, MARIA Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas (Orgs.). Brasília, DF: Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**, Brasília (DF), 1996.

BRASIL/MEC. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, 2003.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352**, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

BRASIL/MEC/SECADI. CONAE 2010. **Conferência Nacional de Educação**.

Documento Final, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm > Acesso em 31 de janeiro de 2014.

BRASIL. **Decreto-lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>
Acesso em 31 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

BRASIL. **LEI N. 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

BRASIL. LEI N. 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.
Acesso em: 20.mar.2014.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, 2003.

BRASIL/MEC/SECADI. CONAE 2010. **Conferência Nacional de Educação.** Documento Final, 2010.

BRUHOFF, Suzane. **A hora do mercado:** crítica do liberalismo. São Paulo. UNESP, 1999.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Prólogo e Cap. I, p 39-118.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Atitudes Sociais e Opiniões de Professores e Alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Superior.** Marília, 2010. 132f. Tese

(Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Disponível em:
<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/chahini_the_do_mar.pdf>. Acesso em:
28.mar.2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº CNE/CP 09/2001

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº CNE/CP 05/2005

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 01/1999

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 01/2002

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 02/2002

CROCHIK, José Leon. **O computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

CYSNEIROS, Paulo G. **Novas tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora?** IX ENDIPE. Águas de Lindóia, São Paulo, maio 1998. Anais II, vol. 1/1, p. 199-216.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**, São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 11ª ed. RJ: Paz e Terra, 2004.

_____. **Educação como prática para a liberdade**. RJ: Paz e Terra, 1979.

FREITAG, Bárbara. **Diário de uma Alfabetizadora**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.

FREITAS, Cândido Varela et al. **Tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997. 63p.

FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de escolher**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FORUMDIR. Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (Minuta de Proposta). Uberlândia: junho de 2004.

GOTTI, Marlene de Oliveira. **Educação Inclusiva: Avanços na Educação de Alunos Surdos**. Inclusão. Revista de Educação Especial. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/revistainclusao2.txt>>. Acesso em: 20.ago.2007.

GUEDES, L. C. **Barreiras Atitudinais nas Instituições de Ensino Superior: questão de educação e empregabilidade**. Recife. 2007. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o_L%C3%ADvia+Guedes_VF\[1\]-pdf.pdf](file:///D:/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o_L%C3%ADvia+Guedes_VF[1]-pdf.pdf)>. Acesso em: 28.mar.2014.

KAWAMURA, Lili. **Novas tecnologias e Educação**. São Paulo: Ática, 1990. 80p.

LESSA, Sérgio. Capítulo V. **Trabalho e proletariado**. São Paulo: Cortez, 2007, p.147-201.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998. 104p.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**. Problemas de Industrialização no terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LITWIN, Edith (Org.) **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 191p.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 6^a.ed. 1987, pp.07-21.

_____. In: _____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. 2^a Ed. SP: Centauro, 2004, p. 108-120.

_____. **O Capital**, livro 1, vol.2, parte quinta, cap.XIV. 23 ed. RJ: Civilização brasileira, 2009, p.576-58.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2^a ed. Martins Fontes, 2003.

_____. “Método da economia política”. In: **Contribuição à crítica da economia política**, 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 218–231.

NETO, A.L.G.C.; AMARAL, E.M.R. do. Ensino de ciências e educação ambiental no nível fundamental: análise de algumas estratégias didáticas. **Ciência & Educação** (Bauru), vol. 17, n. 1. 2011.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. S.P.: Cortez, 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Universidade Federal de Alagoas 2013-2017. Maceió, Alagoas, 2013. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/2013-2017/view>.

74

PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS: Uma expansão necessária. Maceió, Alagoas, 2004.

SCHAFF, Adam. **A sociedade Informática**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 157p.

TAVARES, Fabiana. **Educação Especial**: a Trajetória das Barreiras Atitudinais nas Dissertações de Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife. 2012.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais**. Maceió - São Paulo: Catavento, 2001.